



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia

**Construindo uma Cultura de Paz: a
Abordagem Gestáltica como um
Instrumento**

Adriana Quintas Fittipaldi

Brasília - DF - Brasil

2007

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia

Construindo uma Cultura de Paz: a Abordagem Gestáltica como um Instrumento

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Psicologia.

Adriana Quintas Fittipaldi

Professor Orientador

Prof. Jorge Ponciano Ribeiro, PhD

Brasília - DF, 2007

**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia**

Construindo uma Cultura de Paz: a Abordagem Gestáltica como um Instrumento

**Adriana Quintas Fittipaldi
2007**

Aprovada por:

Prof. Dr. Jorge Ponciano Ribeiro – Presidente
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Pierre Weil – Membro
Universidade Holística Internacional de Brasília

Prof. Dr. Rodolfo Petrelli – Membro
Universidade Católica de Goiás

Profª. Drª. Nair Heloísa Bicalho de Sousa – Suplente
Universidade de Brasília

*A todos os que sonham com um mundo de paz e se dedicam para essa
realização!*

Agradecimentos

Ao encontro de amor da Grande Mãe e do Grande Pai, Fonte Infinita de tudo e todos, por nos abençoar com a oportunidade de existir, amar e transcender.

Aos meus ancestrais, por permitirem minha caminhada até aqui.

Aos meus pais, Regina e Sérgio e meu irmão, Eduardo, por, no nosso ninho de convivência, com seu amor, liberdade e confiança, me trazerem a vivência primeira e essencial da paz, juntamente com o sonho de compartilhá-la.

Ao meu orientador, Jorge Ponciano Ribeiro, pela sua paciência, dedicação e sabedoria de peregrino, dando-me a honra de caminhar protegida por sua arte de cuidar, vasta experiência e conhecimentos preciosos.

À madrinha de minha trajetória como psicóloga clínica, Mônica Alvim, pela iniciação e incentivo tão fundamentais.

Aos mestres e terapeutas, Roberto Crema, Cristina Tambor, Alessandra Simões, Sueli Garcia, Dada Inocalla, Alejandro Spangenberg e Mirella Faur, que iluminaram minha jornada na psicologia, na psicoterapia e em diversas trilhas sagradas de paz e para a paz.

Às minhas famílias, de sangue e de coração, por encantar minha vida com a felicidade do encontro.

Aos espaços amorosos de fé e evolução, Teia de Thea, UNIPAZ e União Planetária, pela oportunidade de trabalhar na construção da paz e de comungar momentos ímpares com pessoas e grupos tão especiais.

Aos queridos Miriam Dusi, Virgínia Garcês, Marco Aurélio Bilibio e Adriano Holanda, pela solidariedade e contribuições tão importantes para esse trabalho.

Aos alunos da disciplina que ministrei no mestrado, pela alegria de compartilhar o aprendizado.

Às pessoas que tenho a honra de acompanhar na aventura da psicoterapia, por me ensinarem tanto.

Aos professores de graduação e pós-graduação que inspiraram meu percurso acadêmico, especialmente Maurício Neubern, Célia Moraes, Fátima Sudbrack, Denise Fleith, Eunice Alencar, Vera Coelho, Gláucia Diniz e Norberto Abreu.

À querida Adriana Camilo e à amada Lélia, pelo companheirismo e cuidadosa revisão.

Aos grandes amigos do IGTB, Nayla Reis, Miriam Philippi, Maura Alves, Sheila Anthony, Manuela Monte, Verônica Lemos, Carlene Tenório e toda a equipe, pela descoberta e vivência fascinante da Gestalt-Terapia em nós, entre nós e para além de nós.

Aos professores doutores Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Pierre Weil e Rodolfo Petrelli, pelo exemplo de trabalharem pela paz e pela gentileza de aceitarem participar da banca examinadora.

A todos os cidadãos que constroem a paz.

Ao meu amor, Antonio, por ousar comigo a construção íntima da paz, numa aliança de amor cuja amplitude abarca desde a sutileza dos nossos sonhos mais vibrantes até a ajuda, tão concreta e importante, para a realização desse projeto de mestrado.

Aos nossos futuros filhos, de todos nós, pois eles são aqueles que desvelarão as fantásticas possibilidades de viver uma cultura pacífica, se assim nós permitirmos e aqui assumo meu desejo para essa realização!

FITTIPALDI, A. Q. (2007). *Construindo uma Cultura de Paz: A Abordagem Gestáltica Como Um Instrumento*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

RESUMO

A construção de uma cultura de paz constitui, na realidade atual, não apenas uma opção pautada na ética, mas uma necessidade diante da ameaça violenta à sobrevivência humana. Essa tarefa configura-se como um esforço conjunto que requer a participação de todos em razão de sua abrangência. O objetivo geral do presente trabalho é trazer a voz da psicologia clínica, por meio da abordagem gestáltica, para contribuir na construção de uma cultura de paz. A partir de um diálogo entre os referenciais filosóficos, teóricos, metodológicos e éticos da Gestalt-Terapia e a proposta de construir uma cultura de paz, apontou-se a abordagem gestáltica como um instrumento. Ressaltou-se a perspectiva filosófica humanista e existencialista da Gestalt-Terapia, que enfatiza o valor da vida, sua liberdade e diversidade. Teoricamente, foram percorridos alguns conceitos-chave que caracterizam a visão holística e a ênfase na natureza interdependente e criativa do organismo-ambiente: contato, fronteira de contato, awareness, campo, ajustamento criativo, agressão, conflito e auto-regulação organísmica. Em seguida, discutiu-se sua articulação com a meta pacífica. A partir da abordagem gestáltica, apontou-se que a manifestação saudável da agressão e a resolução de conflitos favorecem a construção de uma cultura de paz. A percepção desses construtos como aspectos naturais e necessários para o fluxo da vida opõe-se à visão tradicional que os atrela à violência. Considerando essa premissa, foram problematizados os conceitos de paz positiva e paz negativa. Finalmente, identificamos o exercício prático da Gestalt-Terapia, fundamentado numa atitude fenomenológica, como uma vivência que ocorre *na paz* e *para a paz*. Nesse contexto, consideramos que a relação terapêutica na abordagem gestáltica pode ser interpretada como uma pedagogia para relacionar-se em paz.

Palavras-chave: paz, cultura de paz, Gestalt-Terapia, agressão, conflito.

FITTIPALDI, A. Q. (2007). *Construindo uma Cultura de Paz: A Abordagem Gestáltica Como Um Instrumento*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

ABSTRACT

The construction of a culture of peace constitutes in the current situation not only an option based on ethics, but also a necessity in the presence of the violent threat of the human survival. This task requests a joint effort from all, due to its vast extent. The present study intends to bring the voice of clinical psychology, through the gestalt approach, to contribute to the construction of a culture of peace. Considering the dialogue between the philosophical, theoretical, methodological and ethical fundamentals of Gestalt therapy and the proposal of constructing a culture of peace, the gestalt approach was pointed as an instrument. The philosophical perspective, humanistic and existentialist, of Gestalt therapy was emphasized. Theoretically, some key-concepts which characterize the holistic vision, as well as the emphasis in the creative and interdependent nature of the organism-environment were covered: contact, contact boundary, awareness, field, creative adjustment, aggression, conflict and organismic self-regulation. In the following, the discussion of their connections with the goal of constructing a culture of peace took place. Based on the gestalt approach, the healthy manifestation of aggression and conflict resolution were pointed as contributors to the construction of a culture of peace. The perception of these concepts as natural and necessary for the flow of life is opposed to the traditional vision that connects them to violence. Taking into account this understanding, the concepts of positive peace and negative peace were discussed. Finally, the practical exercise of Gestalt therapy, which is based on a phenomenological attitude, was viewed as an experience that manifests itself *in peace* and *for peace*. In this context, the therapeutic relationship in the gestalt approach can be interpreted as a pedagogy on how to relate in peace.

Key words: peace, culture of peace, Gestalt-Therapy, aggression, conflict.

SUMÁRIO

Apresentação	1
---------------------	---

Parte I - A meta: uma cultura de paz

Capítulo 1 – Conceituação

1.1 – A paz	5
1.1.1– A simbólica da paz	5
1.1.2 – A definição de paz	13
1.1.2.1 – Visão tradicional: paz negativa	13
1.1.2.2 – Paz positiva	16
1.2 – Violência e não violência	19
1.3 – Conflito	27
1.3.1 – Mediação de conflitos	32

Capítulo 2 – Cultura de paz

2.1 – Definição e histórico	35
2.2 – Um novo paradigma	40
2.3 – Educação para a paz	44

Parte II – A abordagem gestáltica: o instrumento

Capítulo 3 – Visão geral da abordagem gestáltica

3.1 – Histórico	51
3.2 – Abordagem gestáltica e Gestalt-Terapia	53
3.3 – As filosofias de base da abordagem gestáltica: Humanismo, Existencialismo e Fenomenologia	55
3.4 – As teorias de base da abordagem gestáltica: a Psicologia da Gestalt, a Teoria do Campo, a Teoria Organísmica e o Holismo	60
3.5 – A proposta da Gestalt-Terapia	65

Parte III – Discussão – Construindo...

Capítulo 4 – A abordagem gestáltica como um instrumento para a construção de uma Cultura de paz	
4.1 – A vocação	78
4.2 – Contato, fronteira de contato e consciência da interdependência para uma cultura de paz	81
4.3 – Awareness e o paradigma do campo para uma cultura de paz	85
4.4 – Ajustamento Criativo e auto-regulação para uma cultura de paz	88
4.5 – Agressão e conflito para uma cultura de paz	90
4.6 – Paz positiva e superação da paz negativa para uma cultura de paz	95
Considerações finais: Mãos à obra	99
Referências bibliográficas	106

O caráter inédito da atual conjuntura social, política, econômica e ambiental do planeta traz à consciência uma realidade extremamente complexa e sem perspectivas claras para indivíduos e grupos, configurando um cenário inquietante. Ainda não existem caminhos preestabelecidos e não é possível “antever claramente o horizonte histórico” (Castells, 1999, p.277).

No mapeamento da situação mundial, apresentam-se desafios das dicotomias entre guerra e paz, violência e não violência, racismo e dignidade humana, opressão e repressão, liberdade e direitos humanos, pobreza e liberdade de escolha (Mandela, 1993). Giddens (1999/2003) ressalta a influência da globalização e da comunicação instantânea, configurando uma ordem social ansiogênica e marcada por divisões e desigualdades, cujos efeitos se refletem tanto no cotidiano quanto numa escala global e se fazem sentir por todos, gerando em muitos um sentimento de prisão e impotência.

Numa velocidade recorde na trajetória humana, recebemos informações que despertam emoções diversas sobre uma realidade paradoxal que desvela avanços científicos, culturais e sociais incríveis. Ao mesmo tempo, deixam-nos perplexos diante de atitudes irresponsáveis, prepotentes, corruptas e violentas, nos níveis micro e macro: a morte de inocentes num ônibus incendiado, seqüestros relâmpagos, o terrorismo, guerras por motivos escusos, não assinatura de tratados necessários para a sobrevivência humana no planeta Terra, desvio de verbas públicas destinadas à saúde e educação, entre tantas outras; além do medo das conseqüências catastróficas advindas de nossa postura antiecológica, como as variações extremas de temperatura e o devastador *Tsunami*.

Concomitantemente, esse quadro caótico pode ser percebido como uma abertura à criatividade, pois se configura repleto de possibilidades. O momento clama por novas

construções, necessárias tanto no sentido de celebrar as conquistas e aproveitá-las bem, quanto no sentido de lidar com os prejuízos decorrentes de todos esses acontecimentos.

Nesse contexto, surge a proposta de reunir esforços na construção de uma cultura de paz. Promovê-la significa e pressupõe

trabalhar de forma integrada em prol das mudanças ansiadas pela maioria da humanidade – justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito aos direitos humanos, equilíbrio ecológico, participação democrática e liberdade política. A cultura de paz é o elo que interliga e abrange todos esses ideais num único processo de transformação social e pessoal. Essas mudanças precisam ser incorporadas e vivenciadas por indivíduos, famílias, escolas, mídia, comunidades, instituições públicas e privadas, organismos sociais, religiões e governos. (Milani 2003b, p. 13-14).

É nesse sentido que se constitui o objetivo geral do presente trabalho: trazer a voz da psicologia clínica, por meio da abordagem gestáltica, para participar deste debate criativo, dialogando com o conhecimento construído sobre paz e violência, a partir do referencial filosófico, teórico, metodológico e ético da Gestalt-Terapia. O que se almeja é contribuir na busca de alternativas à violência e caminhos para a construção de uma cultura de paz.

A dissertação estrutura-se em quatro partes. A primeira parte apresenta a proposta de uma cultura de paz e compõe-se em dois capítulos. Inicia-se pela conceituação dos principais termos concernentes à temática: paz, violência, não-violência e conflito (capítulo 1) e avança para a definição e histórico do construto, incluindo a Educação para a Paz como peça fundamental para a concretização de uma cultura de paz (capítulo 2).

A segunda parte da dissertação refere-se à abordagem gestáltica e abrange o histórico, filosofias originárias, teorias de base e metodologia sintetizadas na proposta

conceitual e prática desse arcabouço como um todo (capítulo 3). Visa a fornecer um panorama geral para embasar a discussão que acontece em seqüência.

Assim, é na terceira parte que se realiza a articulação dessa perspectiva com a meta de construção de uma cultura de paz (capítulo 4). Apresentamos as conexões que nos levaram a apontar a abordagem gestáltica como um instrumento: sua vocação, conceitos e metodologia que entendemos como valiosos para a realização do propósito de uma vida pacífica. Encerramos com as considerações finais, nas quais expressamos hipóteses, sugestões para futuros estudos e principalmente a nossa esperança, pois, como afirma Vaneigem (1967/2002):

se o antigo grito de *Morte aos Exploradores!* não ecoa mais nas ruas, é porque ele deu um lugar a um outro grito, vindo da infância, proveniente de uma paixão mais serena e não menos tenaz: *A vida antes de todas as coisas!* (p.13).

Em minha trajetória pessoal, desde a adolescência sinto-me tocada pela temática e trabalho engajada em instituições e grupos ativistas pela paz. A partir da especialização em Gestalt-Terapia e conseqüente vivência clínica em consonância com esta abordagem, motivada pelas considerações pós-modernas que apresentam a ciência como contextualizada socialmente e realizada intersubjetivamente, surgiu o desejo de gerar conhecimento com valor científico relativo à construção de uma cultura de paz, identificando a abordagem gestáltica como um instrumento. Afinal, ambas as propostas - pacífica e gestáltica - baseiam-se no respeito à vida e às liberdades fundamentais rumo à inteireza, constituindo uma conexão que avalio como muito produtiva e que ainda não foi elaborada de forma específica no âmbito acadêmico.

Sinto-me afinada com a utopia revolucionária exposta por Paulo Freire (1976), que tende ao dinâmico, ao vivo, ao futuro como desafio à criatividade humana, ao amor como libertação, à emoção da vida, à comunhão, à praxis, aos seres humanos que se

organizam para a ação e não à manipulação, à linguagem criadora e comunicativa, aos valores que se encarnam. Essa é a nossa definição de paz!

O sentido de buscar esse conhecimento é o desejo de contribuir na discussão do tema, constituindo um esforço, entre tantos em marcha, que aponte ferramentas compreensivas e práticas - nesse caso advindas da abordagem gestáltica - para que a paz se torne uma realidade.

PARTE I - A META: UMA CULTURA DE PAZ

CAPÍTULO 1 – CONCEITUAÇÃO

Ao enfocarmos a proposta de construção de uma cultura de paz para dialogar com a abordagem gestáltica, nos deparamos com conceitos fundamentais que são utilizados abundantemente e com significados diversos pelo senso comum e pela comunidade científica.

Com o objetivo de esclarecer a interpretação adotada no presente trabalho, considerando as ambigüidades e paradoxos inerentes ao tema, nos debruçaremos a seguir sobre as concepções de paz, conflito, violência e não-violência. Avaliamos que estes termos se constituem em profunda inter-relação e que após percorrermos suas especificidades, vislumbraremos uma totalidade significativa.

1.1 – PAZ

Não existe caminho para a Paz. A Paz é o caminho.

Mahatma Gandhi

Iniciaremos nossa exposição sobre a paz, apontando os principais sentidos, significados e nuances que os seres humanos atribuem à paz, mais especificamente na sociedade ocidental. Prosseguiremos a explanação articulando e debatendo atuais compreensões do conceito para chegar à definição adotada nesta pesquisa.

1.1.1– A SIMBÓLICA DA PAZ

A noção de paz é plural, vasta e muitas vezes conflitiva. Trazer o tema para reflexão é penetrar um universo complexo que requer um olhar transdisciplinar.

Guimarães (2005) busca fazer emergir, para além das definições, a simbólica da paz, isto é, o conjunto de discursos, mitos, criações artísticas e ritos cotidianos, entre outras manifestações, por meio das quais a humanidade expressou sua valoração da paz. Considerando que este autor realizou uma sistematização extremamente válida, utilizaremos sua classificação de doze concepções e tradições de paz, acrescida de outras duas que identificamos como significativas, para resgatar as múltiplas dimensões da paz.

A) Tradição Grega

Referir-se à concepção grega é, em primeiro lugar, evocar o caráter divino que os gregos atribuíam à paz. Eirene, uma das três Horas - deusas da natureza e da ordem, que asseguram o equilíbrio da vida em sociedade - personifica a prosperidade, abundância e fartura. Assim, a paz tem a conotação de opulência e fecundidade, relacionada à noção de beleza, harmonia, justiça e equidade. Há na paz grega uma dimensão de relatividade e negatividade da guerra, simbolizada por Polemos. Atena, pacífica e guerreira, com ramo de oliveira e capacete, é a imagem dessa alternância, substrato simbólico para o desenvolvimento da tradição de paz romana. (Guimarães, 2005).

B) Tradição romana

Na tradição romana, a paz é a paz estabelecida pelo centro do poder romano, imperialista e militarista. Desse modo, introduz-se uma ambigüidade no conceito de paz, pois já não há igualdade como na Grécia, mas vinculação à guerra e à vitória, com imposição da ordem vigente, trazendo experiências de dominação e escravidão. Essa visão de paz obteve imensa repercussão no Ocidente, ainda hoje muito presente no senso comum e em diversas instituições e organizações da sociedade. (Guimarães, 2005).

C) Tradição judaico-cristã

Nascida no Judaísmo, retomada e reelaborada pelo Cristianismo, a referência judaico-cristã aponta para uma pluriformidade e complexidade de significados extraídos de diversos textos, oráculos, fragmentos e orações, cujo conteúdo resulta em metáforas para a realização e completude humanas. Surge, assim, um sentido de totalidade no conceito de paz que está para além do contrário de violência e ódio. Com o conceito de aliança, marcada por reciprocidade e mutualidade, a compreensão judaíta de paz incorpora elementos já presentes na tradição grega, ao passo que recusa a pax romana. Essa oposição se aprofunda com o Cristianismo, a partir do qual a paz assume conotações próprias de concórdia e irmandade. (Guimarães, 2005).

D) Tradição estóica

O estoicismo tardio deu, à simbólica da paz romana, um aspecto de imperturbabilidade, serenidade da alma, ausência de conflitos e intempéries, sintetizando na paz a plena expressão da liberdade humana. (Guimarães, 2005).

E) Tradição platônica-agostiniana

Platão associa a paz em todos os níveis à ordem estabelecida, à concórdia, à calma e à temperança, como domínio das paixões. Santo Agostinho se aproxima da concepção platônica, na sua clássica definição de paz como *tranqüilidade da ordem*. Ao transferir para a paz concepções de ordem, limites e obediência, essa tradição afirma a conservação *do status quo* vigente, ou ao confundir rebeldia e violência, trouxe o horror do caos para as minorias sociais: os indígenas, os muçulmanos, os judeus, os negros. (Guimarães, 2005).

F) Tradição do humanismo renascentista

Com a necessidade de uma justificativa não-religiosa da aspiração da humanidade à paz, a concepção do humanismo renascentista acentua a ética, trazendo

noções como consenso popular e democracia. Dentre seus principais representantes, destaca-se Thomas More (1478-1535) que, especialmente por sua *Utopia*, contribui para a retomada da centralidade da paz na vida humana. (Guimarães, 2005).

G) Tradição da modernidade

Outra expressão da busca por uma justificativa racional para a paz aconteceu a partir do século XVII, no contexto do iluminismo. Foi na filosofia, em torno do eixo da assim chamada paz perpétua, que a simbólica moderna da paz configurou-se como uma concepção jurídica efetivada pelo Estado. Diversos autores elaboraram reflexões visando à superação de uma série constante de guerras e conflitos que as nações daquela época vinham enfrentando, dentre eles pode-se ressaltar as contribuições significativas de Hugo Grotius, Thomas Hobbes, Espinosa, John Locke, Rousseau, Kant e Charles Irénée Castel, conhecido como Abbé de Saint-Pierre. (Guimarães, 2005).

Grotius inaugurou essa linha de compreensão em 1625, quando publicou *O direito da guerra e da paz*, negando a doutrina da guerra justa e abrindo espaço para a doutrina da mediação e da arbitragem nas questões de guerra e de paz. Hobbes e Espinosa trazem a paz como meta que só pode ser alcançada por meio do Estado, já que consideram a natureza humana genuinamente bélica. Locke contrapõe o estado natural de guerra ao direito natural que ordena a paz. Abbé de Saint-Pierre, Rousseau e Kant escreveram sobre a paz perpétua, considerando-a como o fim de todas as hostilidades, estabelecida por uma federação de Estados organizados com o objetivo de garantir a liberdade geral. (Guimarães, 2005).

A paz, nesse contexto, passa a ser concebida como fruto de uma decisão de um sujeito racional e livre, o que não implica em compreendê-la como natural, mas sim como meta a ser instaurada e instituída. Desse modo, surge uma concepção de construção da paz como um processo contínuo, jurídico e histórico, onde a reflexão

constitui elemento essencial como ponte para superar a barbárie. Assim, os iluministas questionaram a presumida inevitabilidade da guerra e começaram a pesquisar as bases de uma ordem de paz baseada na razão. (Guimarães, 2005).

Essa tradição deu origem a grandes conquistas como a proposta de uma organização internacional como a Organização das Nações Unidas (ONU), que teve como precursoras a Sociedade das Nações e a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, mais recentemente, a Comunidade Européia.

H) Tradição romântica

A tradição romântica é marcada pela força da natureza e da interioridade, concebendo a paz como tendência natural do ser humano. Rousseau, além de contribuir com a concepção moderna de paz, também se faz marcante na tradição romântica, pois toma a paz como dado primeiro. Essa referência é muito influente em diversas tradições ulteriores, especialmente no movimento contracultural, trazendo a necessidade do resgate dos valores humanos. (Guimarães, 2005).

I) Tradição socialista

Na referência socialista, cujos principais autores são Proudhon (1809-1865) e Marx (1818-1883), afirma-se o protagonismo dos trabalhadores na realização da paz. Nesse contexto, a paz é concebida como possibilidade a partir de um equilíbrio econômico. Assim, a única guerra justa é aquela em que a classe explorada combate a dominação dos exploradores.(Guimarães, 2005).

J) Tradição liberal

A tradição liberal entende que o comércio e as atividades econômicas podem ser o caminho para a paz, no sentido de aproximar povos distintos pela necessidade do capital.(Guimarães, 2005).

Buarque (2006) alerta que o mundo não pode ser global no comércio, na economia, nas finanças e, simultaneamente, dividido, com a exclusão dos bolsões de pobreza e integração dos bolsões de riqueza em toda humanidade. Ele considera que a cortina de ferro que impedia a globalização por razões ideológicas, políticas, econômicas e militares, está sendo substituída por uma cortina de ouro que impede uma globalização democrática. Dessa forma, coloca a necessidade de avanço para além da paz comercial que está em fase de implantação e aponta outros objetivos pacíficos: a paz social, a paz da segurança, a paz migratória, a paz cultural, a paz tecnológica, a paz moral, a paz política.

K) Tradição dos movimentos pacifistas do século XX

Essa tradição traz a paz como a vitória sobre a injustiça pela não-violência, expressa em termos de luta que recusa, veementemente, o recurso à violência e ao ódio. Leon Tolstói (1828-1910), com sua intensa militância pacifista na Rússia e romances que abordavam o tema, juntamente com Henry David Thoreau (1817-1862) que combateu a escravidão negra nos Estados Unidos, são considerados precursores do movimento pacifista contemporâneo, convergindo para a elaboração do conceito de desobediência civil. (Guimarães, 2005).

Ghandi, conhecido como Mahatman, a Grande Alma, contribuiu significativamente, em termos teóricos e práticos, com o movimento da não-violência, tornando-se um dos seus maiores ícones. O movimento da não-violência desenvolveu-se em múltiplas direções a partir de suas lutas, que Galtung (1998/2003) resume em sete campanhas: na África do Sul, contra o racismo, e na Índia, pela independência em relação ao imperialismo britânico, contra o sistema de castas, contra a exploração econômica, por um modo não-violento de lutar, contra conflitos comunitários entre hindus e muçulmanos e contra o sexismo, pela liberação das mulheres.

No movimento pela igualdade racial ressalta-se a liderança pacifista de Martin Luther King nos Estados Unidos e de Desmond Tutu na África do Sul; no movimento antinuclear destaca-se Bertrand Russel; no movimento antimilitarista há demonstrações não-violentas no combate às guerras do Vietnã e da Argélia; no movimento ecológico a simbólica da não-violência foi reforçada amplamente com a atuação de grupos e pessoas como o Greenpeace e o mártir brasileiro Chico Mendes; no movimento pelos direitos humanos e igualdade social, reconhecemos os exemplos de Nelson Mandela e de algumas manifestações dos sem-terra em nosso país.

Na tradição dos movimentos pacifistas do século XX a paz adquire uma simbólica militante, articulada, não em torno de focos específicos, mas como práxis, princípio ético traduzido na atitude de não-violência, com traços de rebeldia e contestação diante de situações marcadas por injustiça. O princípio da não-violência é de suma importância para a construção de uma cultura de paz e será aprofundado em um tópico específico do presente trabalho.

L) Tradição da contracultura, da *new age* e das religiões orientais

Com essa referência, enfatiza-se a importância da vivência da paz e de sua conexão com a dimensão espiritual do ser humano, trazendo para a simbólica da paz os elementos principais do movimento contracultural: a autonomia individual em contraposição às instituições e normas sociais, a relação com a natureza e a preocupação com a conservação ambiental diante dos avanços tecnológicos, além do desenvolvimento da sensibilidade *versus* a ênfase na racionalidade. (Carozzi, citado por Guimarães, 2005, p.158).

Seu maior marco foi a experiência desenvolvida nos Estados Unidos, no início da década de 60, em Esalen. (Guimarães, 2005). Esse espaço foi considerado o mais célebre centro de crescimento ou desenvolvimento pessoal do Movimento do Potencial

Humano, considerado o berço da psicologia humanista, da qual a Gestalt-Terapia participou como corrente precursora. (Ginger & Ginger, 1995).

M) Tradição dos povos indígenas

Essa antiga tradição traz a consciência ecológica para a noção de paz, apontando a interdependência de todas as coisas. Retomada, dentre outras, na tradição de paz citada acima, como uma das sabedorias originais da humanidade, a visão indígena traz mais especificamente, para a simbólica da paz, a necessidade do profundo respeito a toda forma de vida e a espiritualidade como a consciência da irmandade entre todos os seres. Essa compreensão é elucidada na Carta do Chefe Seattle em resposta ao governo dos Estados Unidos sobre uma proposta de compra de uma ampla extensão de terra habitada pelos índios:

ensinem a seus filhos o que nós temos ensinado aos nossos: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer com a terra acontecerá aos filhos da terra. Se os homens estragam o solo, estragam a si mesmos. Isto nós sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos. Tudo está entrelaçado como o sangue une a família. Tudo está entrelaçado. Tudo o que acontecer à terra, ocorrerá a seus filhos. O homem não teceu a trama da vida, ele é só um elo: o que ele faz à trama, ele faz a si mesmo. (Carta do Chefe Seattle, UNIPAZ, 2001, p. 36).

N) Tradição do resgate do Feminino

Essa referência, que transcende uma visão de gênero, denuncia a negligência da polaridade feminina na organização patriarcal em que vivemos e aponta o seu resgate em diversas manifestações: individual, social, política, científica e espiritual, entre outras.

Segundo Faur (2006), para que se possa criar e manter uma Cultura de Paz é imperativa a busca de uma interação harmoniosa, igualitária e solidária entre

masculino/feminino, homem/mulher, Pai/Mãe, Deus/Deusa, fé/razão, ciência/religião, tecnologia/ecologia.(p.143)

Decidimos começar levantando as múltiplas dimensões do conceito de paz para evidenciar a ampla rede de significados relacionada ao tema. Como verificamos, há muitas simbólicas semelhantes e complementares, como: abundância, harmonia, prosperidade, completude, irmandade, respeito e equilíbrio. Entretanto, diferenças marcantes são também identificadas em relação aos aspectos de igualdade e dominação, espontaneidade e controle, tranqüilidade e luta, justiça e força, imperturbabilidade e dinamicidade processual, entre outros. Desta forma, a partir dessa diversidade demonstrada, apresentaremos a seguir algumas tentativas de elaborar, discutir e definir sistematicamente o conceito de paz.

1.1.2 – A DEFINIÇÃO DE PAZ

1.1.2.1 – VISÃO TRADICIONAL: PAZ NEGATIVA

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa traz diversas definições para a palavra paz: relação entre pessoas que não estão em conflito; acordo, concórdia; relação tranqüila entre cidadãos; ausência de problemas, de violência; situação de uma nação ou de um Estado que não está em guerra; cessação total de hostilidades entre Estados, mediante celebração de tratado; estado se espírito de uma pessoa que não é perturbada por conflitos ou inquietações; calma, quietude, sossego. (p.2158).

Verifica-se que a concepção atual do conceito de paz é marcada principalmente pelas tradições grega e romana, as duas primeiras enunciadas no tópico da simbólica da paz. Deste modo, popularizou-se um entendimento de paz como um estado de tranqüilidade e ausência de conflitos. (Galtung, citado por Callado, 2004).

Bobbio (2003) afirma que comumente fala-se tanto de paz interna quanto de paz externa e que na sua acepção mais geral, paz significa ausência - ou cessação, solução -

de um conflito, o que justifica o uso da mesma palavra para ambos os contextos, não só na linguagem comum, mas também na técnica: teológica, filosófica, ético-jurídica, psicossociológica, entre outras.

Esse autor faz uma crítica a alguns *peace researchers* (pesquisadores para a paz) que, segundo ele, por paz entendem justiça social e não mais apenas aquela como foi entendida durante séculos, realizando uma acrobacia terminológica, recheando o conceito de significados que histórica e lexicalmente não lhe cabem. (Bobbio, 2003).

Ele considera, ainda, que não obstante as inúmeras pesquisas sobre a paz espalhadas pelas mais diversas partes do mundo, não sabemos nada ou quase nada das causas das guerras: econômicas, sociais, políticas, ideológicas, religiosas, nacionais e, como nestes últimos tempos, tribais e étnicas. Ele se pergunta como será possível encontrar o remédio para um mal do qual não conhecemos a causa.

Em uma perspectiva diferente, Johan Galtung, um dos mais ilustres pesquisadores para a paz, constata que existir mais conhecimento sobre a guerra do que sobre a paz é motivo de pesar. Ele aponta que as guerras são tomadas como unidades de análise, ao invés dos períodos de paz, havendo uma tendência de definir paz simplesmente como ausência de guerra. Com isso, o pensamento sobre a paz tornou-se marcado por utopia e direcionado para o futuro, mais especulativo e contaminado por valores do que analítico e empírico. Entretanto, acredita que isso pode mudar na medida em que a pesquisa for mais focada na paz do que na guerra. (Galtung, 1968/1975).

Jares (2002) apresenta um resumo das características da visão de paz vigente no ocidente que, além de ser própria da nossa cultura, é dominante no mundo globalizado:

- a) A paz é essencialmente um conceito negativo, definida como ausência de conflito bélico. Portanto, carente de conteúdo palpável.

- b) O conceito de paz é entendido como função de dois fenômenos: a manutenção da unidade e da ordem interior para o benefício dos interesses dominantes e a preparação para uma defesa de ameaças exteriores. Em ambos os casos, a responsabilidade de cuidar da paz, incluindo a possibilidade do uso da força, é do Estado.
- c) A concepção ocidental de paz tem um caráter restritivo, focado principalmente no estabelecimento de pactos que mantenham o *status quo*.
- d) A educação, especialmente no estudo da História, apresenta a paz vinculada a momentos estáticos e sem importância nos períodos entre guerras, estas apontadas como processos dinâmicos de transformação social.
- e) A compreensão intimista da paz, como um estado de quietude, harmonia, ausência de conflitos, etc., somada à concepção negativa do conceito, tem desenvolvido uma imagem passiva da paz, percebida como um ideal utópico e inatingível, carente de significação própria e derivada de fatores externos.

Em suma, Jares (2002) considera o conceito tradicional de paz pobre, classista, tendencioso politicamente e até mesmo perverso, por contribuir com a manutenção de uma situação destrutiva para tantos.

Galtung (1968/1975) constatou essa realidade, propondo uma diferenciação para o conceito de paz em duas definições: *paz negativa*, definida como ausência de violência organizada entre grandes grupos humanos, como nações, raças e etnias; e *paz positiva*, definida como um padrão de cooperação e integração entre grandes grupos humanos. Ele considera que é o conceito de paz positiva que vale a pena explorar,

especialmente porque a paz negativa é uma condição *sine qua non* para a outra e os dois conceitos de paz podem ser empiricamente relacionados, mesmo sendo independentes logicamente.

No livro inaugural da abordagem gestáltica, *Gestalt-Terapia*, considerado a base firme e propulsora de toda a sua construção, os autores utilizam, com 20 anos de antecedência, essa terminologia: paz positiva e paz negativa, para distinguir possibilidades de enfrentamento do conflito por parte do *self*: na primeira, aceita-o e transcende-o, chegando a novas soluções criativas; na segunda, evita-o, substituindo-o por falsos conflitos, cessando o sofrimento sem resolver o problema. (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997). Mesmo sem haver referências formais à Gestalt-Terapia, verificamos que há correspondências e diferenças entre as definições e pretendemos analisá-las na discussão do trabalho.

A abordagem gestáltica, em seus primórdios, privilegia uma perspectiva individual - sabendo-a parte integrante do campo como relação mútua organismo-ambiente. A pesquisa para a paz, de forma geral, enfatiza uma visão voltada para a coletividade. Na presente dissertação, propomos refletir sobre a articulação dessas perspectivas, necessariamente complementares, identificando a abordagem gestáltica como um instrumento para a construção de uma cultura de paz, podendo favorecer compreensões nos âmbitos macro e micro.

1.1.2.2 – PAZ POSITIVA

Galtung, por meio da Pesquisa para Paz, supera o conceito de paz negativa e o transforma em um conceito positivo, afirmando que a paz não é o contrário de guerra e que a guerra não é o único tipo de violência, visto existir formas menos visíveis, mas igualmente perversas no sentido de produzir sofrimento humano. (Dusi, 2006).

Ampliando essa perspectiva, Weil (1993/2002) apresenta uma classificação diferenciando duas visões de paz: o antigo paradigma e o paradigma holístico.

Sobre o antigo paradigma, esse autor ressalta a visão de paz como fenômeno externo ou interno. No primeiro plano, a paz é vista como ausência de conflitos e de violência e dessa tese derivam várias vertentes: culturais, jurídicas, sócio-econômicas, militares e religiosas. Ainda no plano externo, a paz é percebida como um estado de harmonia e fraternidade entre os seres humanos e a natureza. No plano interior, percebe-se a paz tanto como ausência ou resultado de dissolução de conflitos intrapsíquicos, quanto como um estado de harmonia.

Já no paradigma holístico, consoante com a visão positiva de paz, considera-se as principais teses do paradigma anterior, mas de forma integrada. Assim, emerge uma compreensão da paz como o resultado de uma convergência de medidas dependentes de três ecologias: a) interior, a paz consigo mesmo no plano do corpo, da vida emocional, da mente; b) social, a paz com os outros no plano da economia, da vida social e da cultura; c) planetária, a paz com a natureza no plano da matéria, da vida e da informação. Essas ecologias são abordadas separadamente apenas para fins didáticos, pois a consciência da interdependência dessas dimensões é apontada como elemento chave para a construção de uma cultura de paz. A atitude oposta, marcada por uma compreensão fragmentada da realidade é denominada *fantasia da separatividade*, percebida como um sintoma que fomenta uma rota que leva à destruição. (Weil, 1993/2002).

Guimarães (2005), ao dialogar com o pensamento de Nietzsche, percebido por ele como uma proposta que se medeia por assumir o corpo, os instintos, enfim, a vida, como ponto de partida, entende que se faz necessária uma concepção de paz não como uma realidade abstrata ou etérea, mas como uma questão de qualidade de vida,

retirando-a do limbo das idéias genéricas e assépticas. Assim, propõe uma noção de paz mais positiva - de justiça e democracia - do que negativa, como ausência de guerra; mais processual, do que percebida como um estado; mais multicultural, do que fruto de unicidade; mais dialógica-conflitiva, abrangendo conceitos como luta, agressividade, conflito e desobediência, do que resultante de ordem; mais intersubjetiva, superando a privatização do conceito imposta pela sociedade ocidental, do que apenas subjetiva; e mais uma noção de paz como agenda e ação do que um ideal teórico.

Jares (2002) corrobora tal visão quando ressalta que a paz, como fenômeno amplo e complexo que exige uma compreensão multidimensional, caracteriza-se pela ausência de todo tipo de violência e pela presença de justiça, igualdade, respeito e liberdade. Desta forma, além de representar um dos valores máximos da existência humana, o autor compreende o conceito de paz abrangendo estruturas e relações sociais, portanto, necessariamente articulado, de modo interdependente, às noções de desenvolvimento, direitos humanos e democracia. O desenvolvimento é entendido em seu sentido amplo, não apenas ligado à economia, mas ao aspecto social, capaz de promover a dignidade humana.

Os direitos humanos visam, de maneira semelhante, garantir o sentido da dignidade, condição moral inerente à diversidade em todas as suas facetas. A democracia, por sua vez, propõe uma organização societal com participação ativa: debate de idéias e implementação de ações, no âmbito político e social, com vistas a construir um clima de entendimento e solidariedade baseado no respeito aos diferentes pontos de vista.

Balestreri (2003) pondera que a paz não se restringe a ser um macro-tema sócio-político-econômico, que visa à superação dos grandes conflitos históricos de massa e que carrega uma gravidade individual, pessoal, nominal, irrecusável e intransferível.

Nesse sentido, Milani (2003b) afirma que ser um *cidadão de paz* transcende a visão de “não ser um indivíduo violento”, pois considera que “fazer o bem” têm uma série de implicações que estão para além de “não fazer o mal”(p.17). Segundo o autor, a vivência da paz requer o envolvimento de cada indivíduo, grupo e organização humana no sentido de promover um processo ativo de construção de relações cotidianas saudáveis, baseadas no respeito, na diversidade, na solidariedade, caracterizando mais do que o necessário combate à violência.

Em síntese, a concepção de paz positiva, referência adotada para a definição de paz neste trabalho, abarcando as dimensões intrapessoal, interpessoal, intergrupar, nacional e internacional, é compreendida como um processo positivo, dinâmico e participativo que requer responsabilidade cidadã. Não se trata de uma idealização, mas de uma proposta concreta que traz a possibilidade de interagir e solucionar conflitos com dignidade e respeito, por meio de relações dialógicas e justas, preservando as liberdades e diversidades de cada indivíduo, grupo, nação, contexto e ecossistema, possibilitando a realização de suas potencialidades.

1.2 – VIOLÊNCIA E NÃO-VIOLÊNCIA

O problema é que, de modo geral, existimos num estado de emergência crônico, e a maior parte de nossas capacidades de amor e perspicácia, raiva e indignação está reprimida ou embotada. Aqueles que enxergam de maneira mais penetrante, sentem mais intensamente e agem mais corajosamente, em geral se desgastam e sofrem, porque é impossível que alguém seja extremamente feliz até que sejamos felizes de maneira mais geral. Contudo, se entrarmos em contato com nossa realidade terrível, nela existirá também uma possibilidade criativa.

(Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997, p.64).

Segundo Milani (2003a), a violência é um fenômeno polissêmico que se apresenta em inúmeras modalidades e níveis, o que justifica o uso do termo “violências”. Suas causas, fatores determinantes e agravantes são múltiplos – tanto em número quanto em natureza –, interdependentes e dinâmicos, alguns imprevisíveis e outros, fora das possibilidades de intervenção individual. Esse autor considera que a construção do estado de violência em que muitas sociedades se encontram hoje ou vivenciaram ao longo de séculos é um processo histórico-cultural.

Chauí (citado por Corrêa, 2003) define a violência de forma multifacetada, considerando violento tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um agente social; todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém, caracterizando ações marcadas por constrangimento, tortura e brutalidade. Nessa perspectiva, violência é todo ato de ofensa contra o que uma sociedade define como justo e como um direito.

Galtung (1986), sutilizando e complexificando o conceito, afirma que “a violência está presente quando os seres humanos se vêem influenciados de tal forma que as suas realizações efetivas, somáticas e mentais, encontram-se aquém de suas realizações potenciais” (p.30). Portanto, a discrepância entre o desenvolvimento potencial e o efetivo é a dimensão definidora da violência. (Milani, 2003a).

Desta forma, percebendo a violência como tudo o que impede ou dificulta o desenvolvimento, Galtung (1968/1975) amplia o conceito de violência, abarcando a violência clássica, guerras e homicídios, pobreza, privações materiais, repressão e desrespeito aos direitos humanos; bem como a alienação ou negação das necessidades pessoais. Em seus ensaios sobre a Pesquisa para a Paz, esse autor apresenta uma diferenciação entre a violência pessoal – direta - e a violência estrutural – indireta-, que

podem se manifestar de forma física e psicológica, introduzindo, posteriormente, a violência cultural.

Em consonância, definindo violência como qualquer ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e que caracterize relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror, Corrêa (2003) considera que a violência é valorativamente um fato negativo. Ela se apresenta não apenas na crueza dos eventos, mas em sua gênese que invade as instituições sociais e as relações cotidianas, revelando-se não apenas como práticas imediatas, mas também mediatizadas pelas representações simbólicas e valores de seus atores.

Essa autora aponta que a multiplicidade de fatores que condicionam o fenômeno da violência torna difícil a determinação de suas causas. Fatores individuais, grupais, culturais, sociais, econômicos e políticos conjugam-se na explicação de cada situação concreta. Ela ressalta que essa precariedade explicativa agrava-se ainda mais quando se assiste a uma pulverização da violência, à sua banalização nos meios de comunicação e à sua re-inserção na vida cotidiana com o conseqüente alargamento de sua abrangência e incidência, tornando ainda mais difícil sua compreensão (Corrêa, 2003).

Muller (1995) considera que não basta discutir sobre as causas da violência; é preciso discutir sobre a violência e sua ideologia, que permite a cada pessoa justificar a sua própria violência e condenar a história a uma espiral de violências sem fim, criando uma reação em cadeia das violências de uns e de outros, que dificulta uma interrupção.

Esse autor alerta que, muitas vezes, a violência dos oprimidos e dos excluídos é mais um “*meio de expressão* do que um meio de ação. Não é tanto a procura de uma eficácia como a reivindicação de uma identidade” (p.34) Assim, a violência pode ser o

meio de se revoltar e fazer reconhecer para aqueles cuja existência permanece não só desconhecida, como não reconhecida, sendo assim, o último meio de expressão daqueles marginalizados pela sociedade:

Uma vez que não tiveram a possibilidade de comunicar por meio da palavra, tentam exprimir-se por meio da violência. Esta substitui a palavra que lhes é recusada. A violência quer ser uma *linguagem* e exprime, em primeiro lugar, um sofrimento; é então um “sinal de angústia” que deve ser decifrado como tal pelos outros membros da sociedade. A violência é para os excluídos uma tentativa desesperada de voltarem a apropriar-se do poder sobre a sua própria vida, poder esse de que haviam sido destituídos. (...) Simboliza então a transgressão de uma ordem social que não merece ser respeitada. Aquilo que os agentes da violência procuram é precisamente essa transgressão. (Muller, 1995, p.34).

Desta forma, a violência de transgressão, ao destruir os símbolos de uma sociedade injusta, ao deitar por terra os atributos de uma ordem iníqua, proporciona um prazer perverso, um gozo real, exercendo um fascínio sobre aqueles que sentem a frustração e a humilhação de serem excluídos. (Muller, 1995).

Entretanto, essa manifestação circunstancial, gerada em um contexto de injustiça, não traduz uma disposição genuína do humano. Nesse sentido, Milani (2003a) combate veementemente a crença de que o ser humano é naturalmente violento e a refuta afirmando que essa assertiva serve de justificativa à própria violência, inviabiliza qualquer proposta de prevenção e educação e gera apatia e paralisia. Acrescenta que não há fundamentação científica para tal afirmação.

A Declaração sobre a Violência, elaborada sob os auspícios da Organização para a Ciência, a Cultura e a Educação (UNESCO) e assinada por destacados cientistas de diversos países e campos de estudo, em Sevilha, 1986, foi um marco histórico no rechaço às premissas biológicas como justificativa para a violência e guerra. Esse

documento afirma que a violência não é inerente à humanidade e que o mesmo pode ser afirmado em relação à paz. Ambas podem ser ensinadas e aprendidas pelo ser humano e fomentadas pela cultura. (Milani, 2003a).

Muller (1988/1991) aponta o despertar filosófico como, precisamente, a tomada de consciência de que a violência é um processo de morte que perverte radicalmente as relações, constituindo um obstáculo à reconciliação dos ser humano com ele próprio e com os demais, levando à recusa de toda justificação de violência. Assim, compreende que a violência introduz uma falta de sentido na existência e quando se compactua com ela, faz-se a si próprio prisioneiro de um destino absurdo. Porém, uma vez que ela também é um método de ação sobre a qual estratégias são fundadas, para além da condenação, ela exige uma alternativa.

O princípio de não-violência implica a exigência de procurar uma maneira não-violenta de agir eficazmente contra a violência. Contrapor à violência um *não* categórico, recusando-se a reconhecer sua legitimidade funda o conceito de não-violência.

A origem do termo não-violência é o termo sânscrito *ahimsa* empregue nos textos da literatura búdica e hinduísta e de que é a tradução literal. É formado pelo prefixo negativo *a* e por *himsa* que significa o desejo de fazer mal, de violentar um ser vivo. A *ahimsa* é, assim, a ausência de qualquer desejo de violência, isto é, o respeito, em pensamento, palavra e ação, à vida de qualquer ser vivo. (Muller, 1995, p.56).

O axioma essencial da estratégia da ação não-violenta é a não-cooperação com a injustiça. Visto que, numa sociedade, aquilo que faz a força das injustiças da desordem estabelecida é a cumplicidade, voluntária ou passiva, da maioria dos cidadãos com as ideologias, instituições, estruturas, sistemas, regimes e leis que criam e mantêm essas

injustiças. A resistência não-violenta visa romper essa cumplicidade por meio da organização de ações coletivas de não-cooperação. (Muller, 1995).

Ghandi, que inspirou e sistematizou os movimentos de não-violência que caracterizaram o século XX, acreditava que responder à violência pela violência é submeter-se à lógica da violência e reforçar seu ascendente sobre a realidade. Desta forma, a resistência possível e necessária é destruir sua lógica, começando por abster-se de reforçá-la. (Guimarães, 2005).

Para Ghandi, era essencial fazer compreender que a recusa à violência, não se concretiza por fraqueza, mas, de modo contrário, porque há força para superar o desejo de vingança com vistas a procurar uma solução pacífica para o conflito. Conseqüentemente, ele quis inventar uma palavra nova para designar a luta. Finalmente, reteve o termo sânscrito *Satyagraha*: *Satya* (verdade), explica ele, implica o amor e *Agraha* (firmeza) serve de sinônimo de força. Assim, por *Satyagraha* entendia a força que nasce da verdade e do amor e abandonou, inteiramente, o uso da expressão “resistência passiva”, afirmando a não-violência como um confronto, uma luta, um combate. Portanto, este construto está mais afastado da covardia, da passividade e da resignação do que a violência. (Muller, 1995).

Muller (1988/1991) afirma que nem a agressividade, nem a força, nem a luta devem ser identificadas com a violência. Se a agressividade e a força, que são exercidas na luta, permitem a regulação do conflito, a violência, ao contrário, é um desregramento do conflito. A violência trava o funcionamento do conflito e não lhe permite mais preencher a sua função que, para este autor, é a de estabelecer a justiça entre os adversários. Não há paz sem que haja justiça e não há justiça a não ser pela luta. Mas, a luta pela justiça exige meios justos, isto é, não-violentos.

Galtung (1998/2003) aponta três características da ação não-violenta:

- a) ela deve ser orientada contra a relação entre o eu e o outro, não contra o outro;
- b) deve ser conduzida de tal maneira que construa o amor e não o ódio, o comportamento pacífico em vez do violento;
- c) o outro deve ser convidado a compartilhar sua experiência enriquecedora.

Desta forma, verifica-se que com o princípio da não-violência, o fundamental é comportar-se de tal maneira que o conflito se transforme de modo construtivo. As partes devem emergir do processo não apenas com relações sociais melhores, mas também como pessoas melhores do que eram antes, mais bem equipadas para lidar não-violentamente com novas desavenças. (Galtung, 1998/2003).

A violência não é natural, não está inscrita na natureza humana, é cultural. Já a agressividade é constitutiva do ser humano, definida como a capacidade de combatividade, de afirmação de si, de encarar o outro sem esquivar-se. Não é determinado que esta se exprima pela violência. A ação não-violenta coletiva deve permitir canalizar a agressividade natural dos indivíduos, de forma que ela não se exprima pelos meios da violência destruidora, que alimentam uma cadeia de outras violências e outras injustiças, mas sim por meios coerentes para construir uma sociedade mais justa e mais pacífica. A violência constitui uma perversão da agressividade. (Muller 1988/1991).

Isto é totalmente convergente com a visão gestáltica de agressividade, que se debruça sobre este tema desde os seus primórdios em *Ego, Fome e Agressão*, o livro conhecido como o precursor da Gestalt-Terapia. Nele, Perls afirma que quando decidiu examinar a natureza da agressão, se convenceu, progressivamente, de que “não há nenhuma energia chamada agressão, mas que agressão constitui uma função biológica

que em nossa época tornou-se um instrumento de insanidade coletiva.” (Perls, 1947/2002, p.40).

Na cultura ocidental, a relação com a violência se dá no âmbito do par violência/não-violência. A convicção que funda a opção pela não-violência é que a contra-violência não é eficaz para combater o sistema da violência. De modo contrário, a mantém e perpetua, pois “em *nenhum lugar*, a violência realiza a justiça entre os homens, nunca, em *lugar algum*, a violência traz uma solução humana para os inevitáveis conflitos humanos que constituem a trama da história”. (Muller, 1995, p.284).

Para Bobbio (2003), nunca será demais destacar a relevância da teoria e da prática da não-violência ativa, no momento atual:

Num mundo em que a crescente potência dos aparatos estatais não parece deixar outra alternativa diante de um regime tirânico a não ser a obediência passiva ou o sacrifício, a invenção, a aplicação e a verificação de técnicas da não-violência podem abrir novas vias às lutas pela liberdade. Se a ética da não-violência é antiga, as técnicas para torná-la eficaz, para fazer da não-violência uma atitude própria não só de uma ética da intenção, mas também de uma ética da responsabilidade, são recentes, tão recentes que ainda não nos é dado conhecer seus possíveis desenvolvimentos. (p.100-101).

A violência e a não-violência constituem respostas possíveis à realidade do conflito que trazem conseqüências opostas. A escolha por uma das duas vias se faz a partir de múltiplos fatores: físicos, sociais, psicológicos e espirituais, entre outros. A Gestalt-Terapia se propõe a fornecer subsídios para promover ampliação de consciência do organismo-ambiente com vistas a possibilitar uma vida saudável e plena. Nesse sentido, uma de suas importantes contribuições na construção de uma cultura de paz pode se dar no favorecimento da clareza de percepção do ser humano sobre a relação

com o seu poder, que pode ser utilizado de um modo construtivo ou destrutivo, conforme apontaremos na discussão do presente trabalho.

1.3 – CONFLITO

Considere, por um momento, a questão da seguinte maneira: a “natureza humana” universal (qualquer que seja a concepção) é um compartilhar não somente de fatores animais, mas também de fatores culturais; e os fatores culturais, especialmente na nossa sociedade, são muito divergentes – a coexistência de divergências talvez seja a propriedade definidora de nossa cultura. Além disso, há arranjos excêntricos, sem dúvida originais, de indivíduos e famílias. E, o que é mais importante ainda, a autocriação, o ajustamento criativo em circunstâncias diversas, tem ocorrido desde o começo, não completamente como um “condicionamento” extrínseco que pode ser “descondicionado”, mas principalmente como crescimento verdadeiro.

(Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997, p.90).

O conflito é entendido por Jares como um tipo de situação em que “as pessoas ou os grupos sociais buscam ou percebem metas opostas, afirmam valores antagônicos ou têm interesses divergentes”. (2002, p.135) Ou seja, o conflito constitui essencialmente um fenômeno de incompatibilidade, de choque de interesses entre partes, sejam elas pessoas ou grupos, referindo-se tanto às questões estruturais como às mais pessoais. Dessa forma, esse autor percebe o conflito como um processo social que, como tal, segue determinada trajetória com seus altos e baixos de intensidade, seus momentos de inflexão, etc., possibilitando identificar a presença constante dos seguintes elementos (p. 138-141):

- Causas que provocam o conflito (múltiplas, a depender do enfoque que se dá).
- Protagonistas que intervêm no conflito (divididos em diretos – possuem relação direta com as causas desencadeantes do conflito; e indiretos – não estão na

origem do conflito, mas, em um dado momento, entram no processo e podem influir na sua resolução).

- Caráter processual do conflito (influenciado por variáveis estruturais e estratégicas – natureza e tipo do poder que se põe em jogo; e variáveis emocionais-afetivas – atitudes, estereótipos, representações, personalismo dos protagonistas, conflitos interpessoais).
- Contexto sociocultural no qual o conflito se produz (elemento central para entender a gênese, a seqüência, a intensidade e as possibilidades de resolução do conflito).

Galtung (1968/1975) esclarece que ausência de violência não deve ser confundida com ausência de conflito: violência pode ocorrer sem conflito e conflitos podem ser resolvidos por mecanismos não-violentos. (p.29) A paz constitui a antítese da violência, não dos conflitos que são inerentes às relações humanas. Saber lidar com os conflitos, a partir de cooperação planejada e esforço inteligente, por meio de associação ativa, é o que caracteriza as relações pacíficas. (Jares, 2002).

Clarear essas nuances se faz necessário devido à noção tradicional de conflito (derivada da ideologia tecnocrática-conservadora), que geralmente o descreve como um fenômeno “negativo, não-desejável, sinônimo de violência, disfunção ou patologia e, conseqüentemente, como algo que é necessário corrigir e, sobretudo, evitar.” (Jares 2002, p. 132).

A aceção que associa o conflito à violência parte do pressuposto de que existe entre eles uma relação de estímulo-resposta. Jares (2002) também destaca que o adjetivo “conflituoso”, tradicionalmente, traz consigo associações pejorativas, sem que se leve em consideração a legitimidade do conflito, ou se ele está apoiado em critérios de justiça.

Muller (1995) acredita que a coexistência entre os homens e os povos deve tornar-se pacífica, mas permanecerá sempre conflituosa. Pois afirma que “a paz não é, não pode ser e nunca será a ausência de conflitos, mas o domínio, a gestão e a resolução dos conflitos por meios diferentes da violência destruidora e mortífera” (p.18). Esse autor alerta que o discurso pacifista, quer seja jurídico ou espiritualista, ilude-se e perde-se no idealismo quando estigmatiza o conflito a favor de uma apologia exclusiva do direito, de valores e sentimentos. Ele considera que esta rotulação caracteriza um abandono da história para cair na utopia, pois a humanidade não se cumpre fora do conflito, mas sim além do conflito, cria-se o conflito para poder ultrapassá-lo.

É nesse sentido que Galtung (1978) define conflito como “incompatibilidade entre objetivos e valores assegurados por atores em um sistema social” (p.486). Vai além, propondo uma visão positiva de conflito, como gerador de mudança e desenvolvimento intelectual e emocional das partes envolvidas, considerando-o “tão essencial para vida social, quanto é o ar para a vida humana.” (p.490).

Jares (2002) menciona a existência do *falso conflito*, que não é fruto de causas objetivas – ideológicas, econômicas, educativas – mas de problemas de percepção ou má-comunicação. Segundo o autor, os falsos conflitos podem ser dissolvidos pelo simples esclarecimento de mal-entendidos, mas, também, podem evoluir para conflitos reais, caso não sejam desfeitos os ruídos de comunicação e as falsas percepções.

Como afirma Guimarães (2003), os conflitos não impedem a vivência da paz, porém a resposta que emerge a partir deles pode torná-los negativos ou positivos, construtivos ou destrutivos, razão pela qual formas de resolução ou mediação tornam-se foco de atenção e intervenção.

Nesse sentido, Guzman (2003) aponta a relação entre conflito e percepção como fundamental. Pois, considera que muitas vezes a regulação do conflito tem a ver com o

esclarecimento das percepções e compreensão da outra parte envolvida. Por isso, já não define o conflito como uma oposição, mas como razão de trabalho conjunto, “co-operação” e co-participação. Nesse sentido, o conflito caracteriza-se como algo positivo e necessário para o crescimento do ser humano, essencial para preservar a diversidade e singularidade que nos são peculiares.

Citando autores como Schlemenson e Escudero, Jares (2002) aponta para o aspecto necessário e valioso do conflito, como ferramenta de crescimento e desenvolvimento nas organizações humanas, por permitir o debate, a criatividade, a crítica e a articulação de práticas sociais e educativas libertadoras.

De acordo com o modelo crítico-conflitual-não-violento da Educação para a Paz (EP), o conflito é encarado como “um processo natural, necessário e potencialmente positivo para as pessoas e os grupos sociais” (Jares 2002, p. 134). Logo, se o conflito deixa de ser definido como algo negativo *a priori*, o desafio que emerge é desenvolver meios adequados para uma resolução pacífica, criativa, justa e não-violenta.

Guzman (2003) faz um balanço sobre os estudos dos conflitos, apresentados principalmente no *Journal of Conflict Resolution* e aponta as principais abordagens:

- A) Resolução de conflitos - denominação mais acadêmica no estudo dos conflitos se baseia na necessidade de compreender a evolução e a finalização dos conflitos. Nesse caso, não se alteram as causas estruturais, apenas se freia a confrontação, desenvolvendo estratégias e habilidades para enfrentar as possibilidades destrutivas do conflito. A terminologia *resolução* traz a impressão de que o conflito precisa ser eliminado ou reduzido.
- B) Gestão de conflitos – abordagem que percebe o conflito como algo natural, parte das relações humanas e que deve ser “gerido”, “manejado”, com base em determinados modelos criados para que possamos entender, prever e

regular a dinâmica dos conflitos. Existem objeções a essa denominação por menosprezar a especificidade e complexidade da interação humana, questionando a relação entre o manejo dos conflitos e os critérios de justiça.

- C) Transformação de conflitos – nessa perspectiva interessa não apenas eliminar ou controlar o conflito, mas descrever sua natureza dialética. Considera o conflito como um fenômeno que transforma os acontecimentos, as relações humanas nas quais ocorre, incluindo os seus próprios criadores. Desta forma, constitui um elemento necessário na construção e reconstrução humanas modificadoras das realidades e organização social.

Do ponto de vista pessoal, Guzman (2003) coloca que um conflito traz a oportunidade de esclarecimento das necessidades e valores dos indivíduos envolvidos, oferecendo às pessoas a oportunidade de desenvolver e exercer a auto-determinação, independência e confiança em si mesmas, além de reconhecer as perspectivas dos outros seres humanos, de sentir e expressar um grau de compreensão e preocupação pelo outro e outra, apesar da diversidade e do desacordo.

Desta forma, esse autor considera que a transformação do conflito busca o crescimento moral, tanto na dimensão do empoderamento, quanto na do reconhecimento, caracterizando uma alternativa à visão individualista dos conflitos e propondo uma visão de mundo relacional que resgata a perspectiva das éticas femininas do cuidado, da atenção, da ternura e da compaixão pelos outros seres humanos (Gilligan, 1986 citado por Guzman 2003).

Conforme Galtung (2004/2006), um conflito atinge a totalidade em nós, exigindo tudo o que temos para oferecer. Caso contrário, as emoções se manifestam por vias violentas – verbais, físicas ou ambas – desrespeitando as necessidades básicas dos outros.

Chrispino e Chrispino (citado por Dusi, 2006) ressaltam que a manifestação violenta do conflito aponta sua existência anterior sob forma de divergência ou antagonismo, refletindo o pedido de socorro que antecede ao ato desesperado da violência, clamando por mediação que auxilie na identificação das necessidades e na busca sadia de sua satisfação.

1.3.1 – MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

A mediação de conflitos constitui a intervenção de um terceiro que se interpõe entre os dois protagonistas de um conflito, sejam duas pessoas, comunidades ou povos que se confrontam e estão virados um contra o outro. A mediação visa fazer passar os dois protagonistas da “ad-versidade” à “con-versação”, isto é, levá-los a virar-se um para o outro para se falarem, compreenderem e, se possível, encontrar um compromisso que abra caminho à reconciliação. (Muller 1995, p. 169).

Isso ocorre num espaço intermediário em que os dois adversários podem descansar do conflito e recriar as suas relações numa tentativa de construção pacífica. Assim, a mediação tem como objetivo promover na sociedade um lugar onde os adversários possam aprender ou reaprender a se comunicar, a fim de chegarem a um pacto que lhes permita viver juntos, se não numa paz verdadeira, pelo menos numa coexistência pacífica. (Muller 1995, p.170).

Em relação ao mediador, Muller (1995) afirma:

- A) O mediador não tem por função pronunciar um veredicto, nem enunciar uma condenação, não se tratando de um juiz, nem de um árbitro
- B) O mediador desempenha um papel intermediário que se esforça por restabelecer a comunicação entre as partes envolvidas no conflito para chegarem a uma conciliação.

- C) O mediador não tem qualquer poder de coação que lhe permita impor uma solução aos protagonistas de um conflito. Portanto, ele respeita o principal postulado da mediação: a resolução de um conflito deve ser, sobretudo, obra dos próprios protagonistas.
- D) O mediador facilita a comunicação no manejo do conflito, permitindo que as partes se apropriem do próprio conflito, a fim de poderem cooperar para gerirem, dominarem e resolverem juntos a questão.
- E) O mediador não é “neutro” que segundo a etimologia latina (*ne*, nem e *uter*, um dos dois) significa “nem um nem outro, nenhum dos dois”, mas aquele que toma partido por “ambos”, concedendo o seu apoio e ajuda especializada.
- F) A qualidade de escuta do mediador revela-se determinante para o êxito do seu empreendimento, que precisa abranger para além da atenção ao relato das versões sobre os fatos, a apreensão das verdades subjetivas dos participantes, englobando as emoções, desejos, frustrações e sofrimentos presentes.

A partir dessa exposição, Muller (1995) sintetiza a presença do mediador com sua escuta ativa como uma ação terapêutica que possibilita a identificação dos sentimentos que levam às ações, começando a “curar o interlocutor das suas angústias, dos seus medos, das suas cóleras e das violências latentes.”(p.173). Esse autor ressalta que a mediação é um dos principais modos de regulação dos conflitos sociais, participando na constituição do elo social como fator essencial. Dessa forma, o mediador precisa ser reconhecido como um dos principais agentes contribuintes para o estabelecimento da paz na sociedade.

É notória a semelhança, em diversos aspectos, entre a postura do mediador e a do psicoterapeuta, especialmente na abordagem gestáltica, que enfocaremos no presente trabalho. É curioso observar que a Psicologia, disciplina que têm os conflitos humanos,

personais, interpessoais e grupais como um de seus focos principais de construção de conhecimento, especialmente na área clínica, não é mencionada em referência ao tema.

Todavia, a interface da Psicologia com Poder Judiciário tem originado iniciativas na direção de contemplar essa questão, conforme observamos recentemente no Encontro “Psicologia, Mediação e Conciliação” realizado pelo Conselho Regional de Psicologia 1ª Região, no qual salientou-se a necessidade de se desenvolver na sociedade a cultura da paz (CRP-01, 2006, p.3).

Isso nos faz refletir sobre a inserção da psicologia clínica e portanto, dos psicólogos, na construção de uma cultura de paz. Esse é um dos principais questionamentos dessa dissertação e será discutido após a explanação sobre a abordagem gestáltica, que constitui a visão clínica escolhida para dialogar com essa proposta.

O conflito pode ser sintetizado, finalmente, como um processo não apenas natural à dinâmica humana em diversos níveis de relacionamento, mas necessário para o desenvolvimento, constituindo uma oportunidade de transformação pessoal, relacional e social. Numa perspectiva positiva de paz, assim como na abordagem gestáltica, sabe-se que não há humanidade sem conflito, portanto, não há como evitá-lo. É justamente o processo de interação, aceitação e transcendência do conflito que pode viabilizar uma realidade pacífica.

CAPÍTULO 2 – CULTURA DE PAZ

Quando, no curso da História, há um acúmulo de mudanças que possibilita uma transformação revolucionária nas relações sociais, a mobilização e participação das pessoas em larga escala, um movimento global, torna-se possível através do desenvolvimento e partilha de uma visão comum de um novo mundo. O momento é oportuno para tal movimento e visão para uma cultura de paz. A transformação da sociedade, de uma cultura de guerra para uma cultura de paz é, talvez, mais radical e de longo alcance que qualquer outra mudança anterior na história da humanidade. Cada aspecto das relações sociais – tendo sido moldadas, durante milênios, pela cultura de guerra – está aberto a mudanças, desde as relações entre nações até aquelas entre mulheres e homens. Cada pessoa, dos centros de poder às mais remotas vilas, pode ser engajado e transformado no processo.

(UNESCO, citado por Adams 2003).

Após a clarificação do significado dos principais conceitos utilizados na concepção de uma cultura de paz, adentraremos esse construto: definindo-o, resgatando sua trajetória histórica e apresentando a Educação para Paz, considerada a ferramenta principal para a sua realização.

2.1 – DEFINIÇÃO E HISTÓRICO

A Organização das Nações Unidas define *Cultura de Paz* como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida, encorajados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz, e baseados:

- a) No respeito à vida, no fim da violência, e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação;
- b) No total respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados;
- c) No pleno respeito e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- d) No compromisso com a solução pacífica dos conflitos;
- e) Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção ao meio ambiente para as gerações presentes e futuras;
- f) No respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;
- g) No respeito e promoção da igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens;
- h) No respeito e promoção do direito de todos à liberdade de expressão, de opinião e de informação;
- i) Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e compreensão em todos os níveis da sociedade e entre as nações. (ONU, 1999).¹

A publicação *Mainstreaming the culture of peace* (UNESCO, 2002) fornece um histórico detalhado do surgimento da expressão *cultura de paz*, que reproduziremos a seguir²:

- 1986 – A idéia de usar o termo *cultura de paz* foi inspirada por uma iniciativa educacional chamada *Cultura de paz*, desenvolvida no Peru (1986), e corroborada pela *Declaração de Sevilha Sobre a Violência* (1986), na qual cientistas do mundo

¹ Tradução da autora

² Tradução da autora

todo afirmam que a guerra não é uma fatalidade determinada pela natureza humana, por meio de genes, instintos ou cérebros violentos, mas é, de fato, uma invenção social. Conseqüentemente, “a mesma espécie que inventou a guerra é capaz de inventar a paz”.

- 1989 – A *Declaração Sobre a Paz na Mente dos Homens*, realizada na Costa do Marfim, foi o resultado de um congresso que propôs - a partir da reunião de homens e mulheres vindos dos cinco continentes e dedicados à paz – a formulação de visões concretas sobre a paz, considerando que a humanidade não pode trabalhar por um futuro que ela não consegue imaginar. Essa iniciativa nasceu de um contexto internacional influenciado pela queda do Muro de Berlim e pelo desaparecimento das tensões da Guerra Fria. Assim, os participantes convidaram os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais (ONGs), as comunidades científicas, educacionais e culturais do mundo e ainda todos os indivíduos para participar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais.
- 1992 – A UNESCO, além de oferecer seus serviços na construção da paz pós-conflito, solicita um programa específico para uma Cultura de Paz como contribuição para os esforços das Nações Unidas para a manutenção da paz. Programas nacionais são conduzidos em países da América Central, da África e da Ásia.
- 1994 – El Salvador sedia o primeiro Fórum Internacional sobre Cultura de Paz.
- 1995 – A UNESCO inclui o conceito de *Cultura de Paz* na estratégia de Médio-Prazo para 1996–2001.
- 1996–2001 – Seguindo a orientação da UNESCO, é criado o projeto transdisciplinar *Towards a Culture of Peace*, em que ONGs, associações, jovens e adultos, órgãos da

mídia, rádios comunitárias e líderes religiosos trabalhando pela paz, não-violência e tolerância tornam-se ativamente envolvidos na disseminação de uma cultura de paz ao redor do mundo.

- 1997 – A Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua 52^a Sessão, ratifica a experiência da UNESCO e introduz na agenda o item *Towards a Culture of Peace*.
- 1998 – A Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua 53^a Sessão, proclama a década de 2001-2010 como a *Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-Violência pelas Crianças do Mundo*.
- 1999 – A Assembléia Geral das Nações Unidas adota a *Declaração e Programa de Ação para uma Cultura de Paz*, definindo as seguintes oito áreas de atuação referentes ao conceito de cultura de paz e não-violência:
 1. Disseminação da cultura de paz por meio da educação, promovendo uma educação para todos que promova valores qualitativos, atitudes e comportamentos inerentes a uma cultura de paz
 2. Promoção de desenvolvimento sustentável nas áreas econômica e social, almejando a erradicação da pobreza, trabalhando pela sustentabilidade ambiental e congregando esforços nacionais e internacionais para reduzir desigualdades econômicas e sociais;
 3. Promoção do respeito por todos os direitos humanos, divulgando e implementando efetivamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
 4. Garantia da igualdade entre mulheres e homens por meio da integração de uma perspectiva de gênero, abrangendo a esfera das tomadas de decisões econômicas, sociais e políticas; eliminando todas as formas de discriminação e violência contra mulheres; assistindo e apoiando àquelas que tenham sido vítimas de qualquer forma de violência;

5. Disseminação da participação democrática por meio da formação de cidadãos responsáveis, incentivando ações que promovam práticas e princípios democráticos, estabelecendo e fortalecendo instituições e processos nacionais que promovam e sustentem a democracia, combatendo o terrorismo, o crime organizado, a corrupção, a produção, tráfico e consumo de drogas ilícitas e lavagem de dinheiro, por conta de sua capacidade de impedir o pleno desenvolvimento de uma Cultura de Paz
 6. Progresso na compreensão, na tolerância e na solidariedade por meio da promoção do diálogo entre civilizações, ações em favor dos grupos vulneráveis, migrantes, refugiados e desabrigados, indígenas e grupos tradicionais; além do respeito pela diferença e pela diversidade cultural.
 7. Apoio à comunicação participativa e ao livre fluxo de informação e conhecimento por meio dessas ações, como forma de apoiar uma mídia independente rumo à promoção de uma cultura de paz;
 8. Favorecimento da paz internacional e da segurança por meio de ações como a promoção do desarmamento geral e completo, encorajando medidas de construção de confiança mútua e esforços para a negociação de acordos de paz e fomentando maior envolvimento das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, assim como na promoção da cultura de paz em situações pós-conflito.
- 2000 – *Ano Internacional da Cultura de Paz*: surgem inúmeras iniciativas por uma cultura de paz, promovidas por meio de uma variedade de eventos e projetos. Dentre elas, destaca-se o *Manifesto 2000* – empenho comum assinado, ao longo do ano, por mais de 75 milhões de pessoas (mais de um por cento da população mundial), além

de cerca de 200 ONGs internacionais, para observar e pôr em prática na vida cotidiana os princípios universais de uma cultura de paz e não-violência.

A definição e trajetória do termo *Cultura de Paz* descritas acima evidenciam como esse conceito é recente e está em pleno processo de construção. Gomes (2001) aponta que o acervo de princípios, normas e orientações das Nações Unidas e da UNESCO tem constituído constante desafio à transformação da realidade. Apesar de reconhecer que para alguns parecem ser apenas ideais abstratos, o autor considera que essas premissas e diretrizes emanam uma autoridade, pois “não brotaram do lirismo ingênuo, mas estão encarnados na história, derivando do consenso pacientemente tecido por inumeráveis atores (...) Desse modo, influenciam decisões, modelam políticas e condicionam aspirações.” (p.7).

2.2- UM NOVO PARADIGMA

Boff (2006) critica a cultura predominante no mundo atual, globalizado, pautada essencialmente na vontade de poder que se traduz na dominação da natureza, do outro, dos povos e dos mercados, comparando-a com a “lógica dos dinossauros que criou a cultura do medo e da guerra.” (p.24). Ele alerta que por meio dos processos de socialização formal e informal, a cultura de violência não cria mediações para uma cultura de paz e se mantém sustentada por poderosas estruturas:

- A) o caos, que é subjacente a todo processo evolutivo;
- B) o patriarcado, que instaurou a dominação do homem sobre a mulher e criou instituições assentadas sobre mecanismos competitivos e autoritários, como o Estado, o Exército, a guerra, as classes, o projeto de tecnociência, os processos de produção e consumo dependentes da sistemática depredação da natureza; e
- C) a repressão, o terror e a guerra como forma de resolução dos conflitos.

O autor considera que essas forças destrutivas estão ameaçando, por todas as partes, o pacto social mínimo sem o qual regredimos a níveis de barbárie, correndo o risco de inviabilizar a continuidade do projeto humano: “Ou limitamos a violência e fazemos prevalecer o projeto da paz, ou conheceremos, no limite, o destino dos dinossauros.” Portanto, “a essa cultura de violência há que se opor à cultura de paz. Hoje ela é imperativa.” (Boff 2006, p.25).

Guimarães (2005) considera que os desafios que se apresentam decorrentes da violência, além da necessidade de promoção da paz e dos direitos humanos “são problemas que dizem respeito à comunidade humana como um todo, independentemente de suas tradições culturais específicas, exigindo uma ação conjunta e clamando por uma responsabilidade solidária universal.” (p.18).

Nesse sentido, Martin Luther King (1967), ilustre ícone da não-violência, em seu texto *A Casa Mundial* afirma que uma genuína revolução de valores no mundo significa cultivar uma “lealdade ecumênica” em que todas as nações desenvolvam uma lealdade prioritária à humanidade como um todo com vistas a preservar o que há de melhor em suas sociedades individuais.

Laszlo (2006) resgata essa proposta, enfatizando a urgência de uma ética planetária:

Uma ética planetária é um imperativo do nosso tempo. Todos temos uma moralidade particular – nossa ética pessoal – que varia conforme a personalidade, as ambições e as circunstâncias, e reflete nossa herança e bagagem únicas, além da situação na família e na comunidade. Temos também uma moralidade pública, a ética compartilhada na comunidade, no grupo étnico, Estado ou nação. Esta é a ética que o grupo no qual vivemos exige de nós para funcionar, e reflete-se na cultura, na estrutura social, no desenvolvimento econômico e nas condições ambientais. Mas existe ainda uma

moralidade universal – uma ética planetária. É esta ética que a família humana como um todo exige para que seus membros possam viver e desenvolver-se. (p. 45-46).

Verificamos que na construção de uma cultura de paz, a questão da identidade é fundamental e dialética. Pois reivindica, não apenas o reconhecimento e a valorização das especificidades culturais e étnicas para o enriquecimento da humanidade, mas também, a sua integração. Corrêa (2003) questiona:

através da tomada de consciência das nossas diferenças e do princípio inviolável da dignidade humana, que exige o respeito entre pessoas e culturas, e em consequência, exclui toda atitude de desprezo, assimilação ou dogmatismo, seria possível o diálogo entre culturas, tal como aconteceu em diversos momentos da nossa história? (p. 98).

Sousa (2004) avaliando as múltiplas experiências de construção de espaços nos processos de reconhecimento, legitimação e negociação de projetos, instituições e grupos diferentes, ressalta a importância dos movimentos sociais como força propulsora para a construção de uma cultura cidadã, especialmente no âmbito da educação para os direitos humanos:

As práticas da argumentação, mediação dos conflitos, constituição de alianças e produção de consensos possíveis em torno da tolerância e da paz, tendo em vista o alcance do desenvolvimento e da justiça social, tem contribuído decisivamente para o crescimento pessoal, a qualidade de vida e a elevação da auto-estima dos grupos excluídos. (p.20).

Milani (2003a) avalia que muitas discussões e reflexões sobre o tema da cultura de paz se fazem necessárias para que se chegue a uma concepção que “equilibre especificidade e abrangência, consistência e fluidez, bem como aplicabilidade aos inúmeros contextos e realidades” (p. 37). Não obstante, enfatiza que as ações em prol da Cultura de Paz têm urgência em se manifestar e, portanto, construção teórica e práxis, precisam ocorrer concomitantemente, como dimensões que se nutrem mutuamente.

Analisando como a sociedade compreende e pretende enfrentar o fenômeno da violência, agrupa-o em três abordagens: a da repressão, a estrutural e a da cultura de paz.

O enfoque baseado na **repressão** preconiza, como solução para o problema da violência, medidas de força. Tende a desconsiderar as injustiças sócio-econômicas do país, assim como a especificidade de cada contexto. Interpreta a violência como uma expressão de pessoas más ou “desajustadas”, considerando-as “culpadas” e utilizando meios punitivos para lidar com a situação. Devido ao fato dessa perspectiva aparentemente dar resultados rápidos e assim, possibilitar uma sensação abstrata de segurança e de fim da impunidade, se tornou a mais popular.

O segundo enfoque afirma que a causa da violência reside na **estrutura sócio-econômica** e geralmente considera o indivíduo violento ou criminoso como vítima da sociedade. Apesar de contribuir para a conscientização em relação à exclusão e à injustiça social, essa abordagem pode originar, em curto prazo, sentimentos de impotência, desânimo e imobilismo, pois atrela à violência uma complexidade que está distante das possibilidades concretas de enfrentamento do indivíduo.

O terceiro é o paradigma da **cultura de paz**, que propõe transformações inspiradas em valores e direitos humanos, que abarquem os níveis macro (estruturas sociais, econômicas, políticas e jurídicas) e micro (valores pessoais, atitudes e estilos de vida, relações interpessoais) entendendo-os como processos complementares e não excludentes. Esse modelo busca combater a violência por meio de intervenções fundamentadas na educação, saúde, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida. A violência nessa perspectiva é compreendida como um fenômeno multidimensional e multi-causal, que se manifesta em todos os setores humanos. (Milani, 2003a).

Segundo Callado (2004), o conceito de cultura de paz pode ser dividido em três níveis: a) filosofia de vida; b) forma de regular os conflitos; e c) estratégia política para a transformação da realidade. Considera-o como uma proposta de substituição do atual modelo de organização e de ordem social por um em que haja condições necessárias para erradicar as atitudes violentas, com o emprego da igualdade e da justiça social, defendendo os valores como a liberdade, o respeito, o diálogo e promovendo “a diversidade cultural e o inter-culturalismo como meio de enriquecimento comum, o desejo de um desenvolvimento que leve em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.” (p. 31).

Na cultura tradicional, o fim justifica os meios. É, portanto, justificável o uso da violência para alcançar e garantir a paz. A construção de uma cultura de paz precisa romper com a visão tradicional do conceito de paz, contaminada com uma noção de estagnação e utopia. De acordo com o conceito de paz positiva, ao considerar a paz como um processo contínuo e não como um fim, não é justificável o uso de meios que não sejam coerentes com o que se persegue. A violência não é, portanto, justificável em nenhum caso. A paz converte-se num processo contínuo e acessível em que a cooperação, o mútuo entendimento e a confiança em todos os níveis assentam as bases das relações interpessoais e intergrupais. (Callado, 2004, p.28)

A superação do paradigma da paz negativa na direção do paradigma da paz positiva exige formação, transformação e auto-transformação (Dusi, 2006), processos em que a educação desempenha um papel fundamental, conforme apontado na *Declaração Para Uma Cultura de Paz* (ONU, 1999).

2.3 – EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Jares (2002) define a Educação para a Paz como

um processo educativo, dinâmico, contínuo e permanente, fundamentado nos conceitos de paz positiva e na perspectiva criativa do conflito, como elementos significativos e definidores, e que, mediante a aplicação de enfoques socioafetivos e problematizantes, pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a cultura da paz, que ajude as pessoas a desvendar criticamente a realidade para poder situar-se diante dela e atuar em conseqüência. (p.148).

Ao apresentar a Educação para a Paz, esse autor o faz resgatando sua história, elucidando suas fases e concepções, demonstrando assim, a consistência do tema que “não é uma criação de última hora nem uma moda pedagógica nem a resposta pontual a determinado problema, por mais importante que seja este (*sic*)” (p.16). Assim, identifica quatro grandes marcos geradores da Educação para a Paz:

- 1) os movimentos de renovação pedagógica do início do século XX - conhecidos sob o nome de *Escola Nova*; foram provocados pela experiência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), despertando um novo posicionamento sobre as questões de guerra, violência e paz advindos da tematização da relação entre educação e paz. A partir de uma proposta de diálogo com a ciência promovida pela Escola Nova, principia-se a busca de um conhecimento científico sobre a paz. Em suas diversas conferências, uma das principais representantes dessa referência, Maria Montessori ressalta a importância e a necessidade de uma “ciência de paz”. Seu pensamento critica os traços competitivos, individualistas, não-solidários e passivamente obedientes da educação tradicional, identificando-os como obstáculos à paz. (Guimarães 2005, Jares 2002).
- 2) o trabalho, os métodos e princípios desenvolvidos pela UNESCO após a Segunda Guerra Mundial - marcada pelas experiências aterrorizantes do holocausto judeu e das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, seguida

do desenvolvimento da Guerra Fria, caracterizada por intensa corrida armamentista - despertaram a necessidade de criar um organismo mais eficiente do que a Sociedade das Nações (1919) para evitar catástrofes semelhantes. Assim, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e criada a Organização para a Ciência, a Cultura e a Educação (UNESCO), em 1946. Partindo e aprofundando a compreensão inicial apresentada em seu ato de constituição, que clama pela paz no espírito dos homens, a UNESCO proporciona o desenvolvimento de pesquisas e atividades diversas em torno da educação para a paz, com relevância tanto no âmbito normativo quanto no estímulo de programas, campanhas e materiais didáticos relacionados ao tema. Essa influência sistematizou, como elucidamos acima, o conceito de cultura de paz, enfatizando o respeito à vida e sua diversidade. (Guimarães 2005, Jares 2002).

- 3) os movimentos de não violência que, desde o final do século XIX, perpassam as lutas pela paz: essa influência emerge a partir da inspiração e sistematização realizada por Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948) que recusava-se veementemente a recorrer à violência para combater a violência por entender que isso seria compactuar e alimentar o ciclo violento. Concebendo a obediência à lei injusta como aquilo que possibilita a injustiça, entende-se, nesse contexto, que educar para a paz é educar para a desobediência. Uma das maiores contribuições dessa tradição é o princípio de não-violência que instaura a resolução pacífica de conflitos. (Guimarães 2005, Jares 2002).
- 4) o método de investigação sobre a paz desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, conhecido como *peace research* - cientistas provenientes de

diversos campos do conhecimento, especialmente da economia, psicologia, antropologia, sociologia, história e ciência política, dedicaram-se para compreender as questões da guerra e sua eliminação baseados nos métodos da ciência social, criando centros de pesquisa e realizando estudos sobre a paz. O norueguês Johan Galtung, é o representante teórico mais influente desse movimento, liderando a sistematização dos conceitos de paz e violência, promovendo assim, além de novas configurações epistemológicas, novos postulados metodológicos que abarcam a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, o compromisso com propostas de ação, assim como uma ampliação da pauta da educação para a paz, abrangendo a educação para o desenvolvimento, a questão ecológica e a questão de gênero. (Guimarães 2005, Jares 2002).

Outros contextos que contribuíram para a configuração da educação para a paz são os movimentos sindicais de educação no contexto da guerra fria, as pedagogias da libertação desenvolvidas no terceiro mundo e em contextos a ele relacionados, especialmente pelo brasileiro Paulo Freire, os movimentos pedagógicos modernos e contemporâneos, o método de educação para a paz desenvolvido a partir da década de 70, conhecido como método socioafetivo e o movimento de contracultura ocorrido a partir da década de 60, com seus inter-relacionamentos com o *Movimento do Potencial Humano* e com a *New Age*, que, a partir da década de 80, influenciam a educação para a paz. (Guimarães, 2005).

Segundo Guimarães, é esta última tradição, conhecida como paradigma holístico, a mais forte e presente no Brasil, onde atuam com muita influência instituições que realizam um trabalho organizado e sistematizado, especialmente através

de cursos de cultura de paz e educação em valores, os quais, por sua ênfase na pessoa, têm encontrado muita receptividade.

Dentre eles, ressaltamos a *Arte de Viver em Paz*, um seminário concebido por Pierre Weil como método holístico de educação para a paz que levou seu autor a ser distinguido em Paris, em 2000, com o Prêmio UNESCO de Educação para a Paz.

Essa iniciativa foi aplicada em diversas partes do mundo e realizada no Brasil por meio da UNIPAZ, pertencendo ao Programa Beija-flor, um Mutirão Nacional de Educação para a Paz e Não-Violência. Consiste numa proposta que ocorre em nível de sensibilização e tem como objetivo proporcionar aos participantes, na dimensão individual e grupal, vivências e reflexões sobre a ecologia individual (a paz consigo mesmo no plano do corpo, da vida emocional, da mente e do espírito), a ecologia social (a paz com os outros no plano da economia, da vida social e da cultura) e a ecologia ambiental (a paz com a natureza no plano da matéria, da vida e da informação). Tendo como foco a necessidade de romper com a fantasia da separatividade e buscar uma visão de totalidade, em que transdisciplinaridade e enfoque holístico são elementos fundamentais.

Para Weil (1993/2002), o paradigma holístico em educação a conceitua como um processo de harmonização e pleno desenvolvimento da sensação, do sentimento, da razão e da intuição da pessoa como sujeito ativo em sua formação, contemplando os valores pragmáticos e éticos da simplicidade voluntária, cooperação, generosidade, igualdade e equanimidade, indispensáveis para a vivência da paz.

Dusi (2006) afirma que a Educação para a Paz exige esforço individual e coletivo:

individual no sentido de conscientização e sensibilização para a quebra de paradigmas que se mostram incoerentes à proposta de paz; de reconhecimento da postura de transformação pessoal e ambiental; da prática pautada na ética e nos componentes da

Cultura da Paz; e da busca da coerência entre os princípios norteadores das ações e os fins alcançados por meio da “mudança de mentalidade” e da mudança de ação. Coletivo, no sentido de se viabilizar a elaboração e a prática dos projetos e das estratégias administrativas e pedagógicas adotadas com vistas à construção da paz em níveis institucionais, locais, regionais ou nacionais, favorecendo a implantação de políticas educacionais que promovam a organização, a divulgação e a implementação das ações em maior abrangência. (p.162-163).

Milani (2003b) aponta que essa proposta de educação não pode se limitar à sala de aula, nem se destinar exclusivamente a crianças e jovens. Precisa ser assumida como prioridade social e responsabilidade pessoal e institucional de todos os cidadãos. Nesse sentido, propõe um fórum permanente de reflexão e busca de alternativas para a construção da paz, que se realize em todos os espaços democráticos possíveis e promova a socialização dos questionamentos, desafios, aprendizados e conquistas sobre o tema. Ele considera que “um processo educativo dessa natureza – desejado, consensuado e assumido pela própria sociedade como uma visão de futuro partilhada – só pode ser um processo transformador e resultar em mudanças inimagináveis para qualquer um de nós” (p.22).

Entendemos, assim, que a construção de uma cultura de paz representa uma revolução paradigmática que reúne e integra os anseios de realização e harmonia da maioria da humanidade num processo ativo de transformação pessoal, social e global. Esse objetivo pressupõe um trabalho inter e transdisciplinar que articule todos os instrumentos práticos, teóricos, metodológicos e éticos que conquistamos em nossa trajetória evolutiva, para que possamos dar-lhe continuidade e permitir que as futuras gerações tenham a liberdade de fazê-lo em segurança.

No campo da Psicologia, ressalta-se que a psicologia escolar, que possui como objetivo compreender e intervir na dinâmica relacional da escola, primando pela

conscientização e capacitação dos diferentes atores da instituição educativa acerca de suas competências e papéis (Dusi, Araújo & Neves, 2005), tem se assumido como “campo favorável à construção de estratégias que visam à construção da Cultura de Paz na escola por meio da articulação das vozes escolares e da criação de espaços para a re-significação das concepções e práticas de seus diferentes atores.” (Dusi, 2006, p.164).

Essa dissertação busca trazer uma contribuição a partir da psicologia clínica, identificando a abordagem gestáltica como um arcabouço teórico-prático que apresenta concepções e métodos extremamente válidos para a realização dessa meta. No próximo capítulo apresentaremos uma visão geral sobre esse “instrumento”, para em seguida, na discussão, evidenciarmos as conexões que nos levaram a essa proposição.

PARTE II - A ABORDAGEM GESTÁLTICA: UM INSTRUMENTO

CAPÍTULO 3 - VISÃO GERAL DA ABORDAGEM GESTÁLTICA

Gestalt é (...) amar e amar-te, é não ter medo de confessá-lo, é pedir-te que me ajudes, é ajudar-te e colocar-te de pé, é reconhecer minha pele quando toco a tua, é entregar-me apesar de ter medo, é empunhar a espada para defender a bondade, é crer que a bondade existe, é viver para praticá-la. E, portanto, reconhecer a maldade que existe em mim, converter a batalha externa naquilo que sempre foi: minha luta interior. Por fim, é diferenciar a guerra, a violência dos homens, de minha luta por libertar-me; é devolver o que não é meu e reclamar o que me pertence (...) é uma esperança de mudança, uma aposta no ser humano, uma prática, uma dança, um instrumento.

(Spangenberg 1996, pp. 10-11).

Neste capítulo, nos propomos a apresentar uma visão geral da abordagem gestáltica, contextualizando as questões mais específicas que adentraremos ao percorrer os conceitos-chave que podem contribuir na construção de uma cultura de paz.

3.1 - HISTÓRICO

Resgatando a trajetória do “Pai da Gestalt-Terapia” - Fritz Perls - observamos que ele nasceu na Alemanha (1893), teve infância e adolescência tumultuadas,

inscreveu-se na Cruz Vermelha na Primeira Guerra Mundial, foi perseguido por ser judeu, formou-se em medicina, participou do grupo “Bauhaus” de intelectuais e artistas, trabalhou com teatro, casou-se com Lore Posner – conhecida como Laura Perls - co-fundadora da Gestalt-Terapia, foi analisado por Karen Horney e Reich, fugiu do nazismo alemão para a Holanda. De 1934 a 1946 estabilizou-se na África do Sul com Laura Perls, onde fundaram o Instituto Sul-Africano de Psicanálise. (Ginger & Ginger, 1995).

Em 1936 apresentou uma comunicação sobre “Resistências orais” no Congresso Internacional de Psicanálise, na Tchecoslováquia, que representou um marco no seu afastamento da Psicanálise. Essas idéias originaram o livro *Ego, Fome e Agressão* (1942), publicado em Durban, e posteriormente na Inglaterra (1947) e nos EUA (1969), considerado o precursor da abordagem gestáltica. Apesar de não reconhecidamente, há a participação de Laura em dois capítulos. (Loffredo, 1994).

Laura Perls considera que esse livro traz mudanças muito significativas para a Psicologia, mais especificamente no âmbito da psicoterapia, fazendo a transição: de um ponto de vista histórico-arqueológico, para uma abordagem existencial-experimental; de uma proposta associacionista, para uma proposta holística; da comunicação verbal, para a total; da definição de ego como uma instância psíquica, para uma definição em termos de processos e funções relacionais; da interpretação para a presentificação aqui e agora; da ênfase na transferência para a valorização do contato como tal. (Loffredo, 1994).

Em 1946 os Perls foram para os EUA – Nova York - e em 1950 foi constituído o Grupo dos Sete, considerados os fundadores da Gestalt-Terapia: Isadore From, Paul Goodman, Paul Weisz, Elliot Shapiro, Sylvester Eastman, Fritz Perls e Laura Perls. Mais tarde, Ralph Hefferline integrou o grupo. (Ginger & Ginger, 1995).

Em 1951 foi lançado o *Gestalt Therapy*. Esse livro marca o début da Gestalt-Terapia, é considerado o seu livro de ouro. No entanto, ele foi publicado com uma “personalidade dividida”, refletindo algumas divergências entre os constituidores da Gestalt-Terapia.

Em 1952, Fritz e Laura criaram o primeiro instituto de Gestalt-Terapia em Nova York. Começam a surgir divergências. Este conflito prosseguiu ao longo do tempo, como Miller exalta na introdução atual ao *Gestalt-Terapia* (1997) em sua metáfora com os peles-vermelhas e os caras-pálidas. Os primeiros valorizam a intuição, a expressão catártica das emoções, rejeitam a reflexão e a teorização sistemática, valorizam mais o aspecto vivencial. Os segundos se preocupam com a divulgação de seus pressupostos e com a sistematização de uma prática coerente com seu corpo teórico. Entretanto, atualmente, a postura dos Gestalt-terapeutas é de buscar a integração de teoria e prática, como polaridades complementares.

É interessante perceber que a abordagem gestáltica emergiu de um grupo composto de indivíduos com formações e opiniões diferentes, constituindo-se a partir de diálogos e superação de conflitos.

Tínhamos um propósito em comum: desenvolver uma teoria e um método que ampliassem os limites e a aplicabilidade da psicoterapia. Nossas diferenças eram muitas, mas, manifestando-as em vez de escondê-las por cortesia, chegamos muitas vezes a soluções que nenhum de nós poderia ter antevisto. (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997, p.31).

3.2 – ABORDAGEM GESTÁLTICA E GESTALT-TERAPIA

Esclarecemos que, na presente dissertação, utilizaremos a terminologia *abordagem gestáltica* e *Gestalt-Terapia*, indistintamente, para nos referirmos ao arcabouço teórico-prático gestáltico de modo geral. Fizemos essa escolha por dois

motivos: primeiro, por entender que essa abordagem busca romper com a dicotomia entre teoria e prática; e segundo, para propor uma maior extensão na abrangência do termo Gestalt-Terapia. Essa ampliação visa a transcender o conceito tradicional de terapia em psicologia clínica - mais comumente relacionado ao *setting* do consultório psicológico - e ressignificar a palavra *terapia*.

Leloup (1996/1997) ao se perguntar “O que é um terapeuta?” buscou um retorno às origens, não apenas etimologicamente, mas à prática implicada por este termo. Dessa forma, interessou-se pelo relato de Philon sobre os Terapeutas do Deserto, pertencentes a uma tradição hebraica na antiga Alexandria. Nesse contexto, verificou que “*Therapeutes* pode apresentar os dois sentidos principais do verbo do qual provém: *servir, cuidar, render culto e tratar, sarar.*” (p.24) A partir dessa constatação, o autor propõe o resgate de um enfoque multidimensional que favoreça uma prática mais integral daqueles que se denominam terapeutas.

Crema (2006) considera inspirador lembrar o legado holístico destes sacerdotes do deserto que viveram há dois milênios e exerciam seu trabalho de forma transdisciplinar, integrando a função do filósofo, do psicólogo, do médico e do educador, praticando “uma ética de respeito à inteireza do composto humano e uma *práxis* centrada no cuidar da totalidade do Ser.” (p.148).

Assim, se entendermos o significado da palavra *gestalt* como “uma totalidade fenomênica, uma configuração de partes em inter e em intra-relação, formando uma unidade de sentido” (Ribeiro, 2006, p. 137), a Gestalt-Terapia passa a assumir, como instrumento para a construção de uma cultura de paz, um sentido de “cuidar da totalidade” que, holisticamente, pode se concretizar por meio de qualquer uma das diversas partes que interagem na composição da realidade.

Tal concepção nos leva a considerar a Gestalt-Terapia não apenas na sua dimensão psicoterápica, mas como um conjunto de conceituação e metodologia que pode ser aplicado em diversos contextos: individual, grupal, organizacional, social e mundial, já que entendemos que todas essas dimensões precisam ser contempladas na construção de uma cultura de paz.

3.3 – AS FILOSOFIAS DE BASE DA ABORDAGEM GESTÁLTICA: HUMANISMO, EXISTENCIALISMO E FENOMENOLOGIA

Conhecer a visão de ser humano e de mundo que embasa a epistemologia de qualquer teoria ou prática é essencial. Nesse sentido, Merleau-Ponty (1996) afirma:

tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele. (p.3).

Desta forma faz-se mister apresentar o Humanismo, o Existencialismo e a Fenomenologia, mesmo que de maneira breve diante da amplitude dessas filosofias, para enfatizar sua importância para a abordagem gestáltica. Elas representam muito mais do que legados intelectuais, já que resgatam aspectos totais do ser humano – seu valor, sua liberdade, sua experiência - que dão sentido a todo trabalho realizado dentro desse referencial e que estão intimamente relacionados com os conceitos de paz positiva e cultura de paz.

Ribeiro (1985) resume o Humanismo como a grande tentativa do homem de compreender-se e de se fazer compreendido. Ele acrescenta que o mundo que caminha além do homem, sem o homem, ainda que através dele, é um mundo que caminha para a desumanização, isto é, um mundo em que não há paz.

O Humanismo não é apenas um sistema ou filosofia, mas gera sistemas e filosofias. Ele pode ser visto como: um questionamento, uma tendência ou movimento

de época, uma idéia, uma atitude. Abbagnano (1992) atribui ao Humanismo dois sentidos: o primeiro, como movimento literário e filosófico, com origem na Itália renascentista, na segunda metade do século XIV e o segundo, como qualquer movimento filosófico que considera como fundamento a natureza humana, seus limites ou seus interesses (Holanda, no prelo).

Dessa forma, em consonância com a postura proposta pela Psicologia Humanista - a Terceira Força - a Gestalt-Terapia compartilha de: a) uma ênfase na experiência consciente; b) uma crença na integralidade da natureza e da conduta do ser humano; c) a concentração no livre-arbítrio, na espontaneidade e no poder de criação do indivíduo; e d) o estudo de tudo que tenha relevância para a condição humana. (Schultz & Schultz, 1981).

É importante ressaltar que o Humanismo não traz uma perspectiva antropocêntrica para a Gestalt-Terapia. Como afirma Ribeiro (2006), a “abordagem gestáltica não diz respeito só ao homem, mas a natureza como um todo,” (p.20) pois, vista como uma expressão filosófica de totalidade, possui a convicção de que a separação pessoa-mundo não resgata o verdadeiro sentido do encontro humano, e, conseqüentemente, do Humanismo.

Nesse sentido, Holanda (no prelo) aponta como aspecto fundamental do Humanismo a intersubjetividade. O autor considera o Humanismo uma ética do vivido, uma formulação inclusiva, e ressalta a fórmula de Lévinas - sob a égide do pensamento fenomenológico e buberiano - que diz que eu existo enquanto sujeito, em virtude de um Outro, ao qual eu me reporto, e em relação ao qual sou responsável.

O Humanismo constitui a inspiração de toda ação dentro do referencial gestáltico, já que a razão de ser dessa abordagem é a compreensão do fenômeno humano, trabalhando na direção da manifestação de sua plenitude. Entendemos que o

projeto de uma cultura de paz traduz a meta de fornecer as condições para essa realização individual e coletiva, a partir de uma perspectiva holística que resgate o valor humano e favoreça o desenvolvimento de suas potencialidades, configurando uma realidade justa e harmônica.

Em relação ao existencialismo, Alvim (2000) explicita que esse arcabouço coloca o humano como

um ser singular, cuja originalidade é construída e reconstruída a partir da conjugação de sua experiência subjetiva e objetiva, únicas. Também traz a idéia de uma consciência ativa, que dá sentido às coisas e que não existe, senão matizada de vontade e de intencionalidade, o que sustenta a premissa existencialista de responsabilidade e de liberdade indelegável do homem para escolher e construir um projeto existencial. (p. 45).

Segundo Loffredo (1994), a Gestalt-Terapia constitui uma modalidade de psicoterapia existencial, como uma forma característica de reflexão sobre a existência humana. A autora afirma que a Gestalt-Terapia tem em comum, com outras de mesma linhagem, a concepção dialética na qual o ser humano cria a realidade e é criado na relação, caracterizando-o como um ser de direitos e deveres no mundo, destinado ao encontro.

Em síntese, a abordagem gestáltica percebe o ser humano como um ser de possibilidades que vive em constante transformação, em um vir-a-ser e se afina com o existencialismo na medida em que este postula que “em cada ato de liberdade autêntica o homem realiza a si mesmo, expandindo e aprofundando a sua autocompreensão da existência.” (Petrelli, 1999, p.25).

Assim, a Gestalt-Terapia visa a ampliação de consciência para que o sujeito possa se instrumentalizar na direção de viabilizar a realidade que realmente deseja

vivenciar. O objetivo de concretizar uma cultura de paz coaduna-se a essa percepção já que consiste em um projeto global que sustenta os anseios de inteireza da comunidade humana, implicando a responsabilização de todos e cada um pelas escolhas advindas do exercício de suas liberdades.

Quanto à fenomenologia, além de trazer uma atmosfera de gênese semelhante - crítica e reflexiva -, a Gestalt-Terapia comunga com seus pressupostos e metodologia, especialmente no enfoque baseado nos últimos escritos de Husserl, em que ele acentua a própria correlação *consciência-mundo*. (Zilles, 1996).

Segundo Moreira (2003), as idéias dessa fase Husserliana mais focada na intersubjetividade – com a qual a abordagem gestáltica se identifica – são desenvolvidas na obra de Merleau-Ponty (1996) que afirma que a fenomenologia

é a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vivos”. É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer. (p.1).

Ele demonstra que a redução fenomenológica em nada compactua com a exclusão da subjetividade, pois diz que ela não é a fórmula de uma filosofia idealista, mas, sim, a fórmula de uma filosofia existencial, como fica evidente na citação abaixo:

É porque somos do começo ao fim relação ao mundo que a única maneira, para nós, de apercebermo-nos disso é suspender esse movimento, recusar-lhe nossa cumplicidade ou ainda colocar-lhe fora de jogo. Não porque se renuncie às certezas do senso comum e da atitude natural – elas são, ao contrário, o tema constante da filosofia –, mas porque, justamente enquanto pressupostos de todo pensamento, elas são “evidentes”, passam despercebidas e porque, para despertá-las e fazê-las aparecer, precisamos abster-nos delas por um instante. (Merleau-Ponty 1996, p. 10).

Merleau-Ponty (1996) afirma ainda que a melhor fórmula da redução é percebê-la como uma “admiração” diante do mundo – assim definida por Fink, um assistente de Husserl – e acrescenta que o maior ensinamento da redução é a impossibilidade de uma redução completa.

Petrelli (2001) considera que a fenomenologia é o método para a compreensão da existência, e, portanto, que o existencialismo é o “conteúdo” da fenomenologia. Ele define de forma poética, afirmando que a fenomenologia:

É desvelamento: manifestação de um objeto, de um evento, de uma experiência. É a experienciação da autenticidade, onde o objeto ao se desvelar... revela o ritmo, a dimensão de seu tempo espaço, de sua própria essência, de suas próprias leis. Fenomenologia é a Ciência objetiva da realidade em si; engloba fenômenos de todos os mundos e das modalidades das formas de ‘ex-pressão’: a natureza física, o ser cultural, o mundo íntimo – suas veredas. Enfim é a experiência da consciência. (1999, p.15).

Na visão de Alvim (2000), a fenomenologia oferece à Gestalt-Terapia mais do que uma filosofia, um método de pensamento “que preconiza a descrição em lugar da interpretação, buscando assim, agregar, ao estudo do fenômeno, o intersubjetivo, o relacional que existe entre ele e o observador, para, então, chegar à sua essência.” (p.46).

Configura-se, portanto, na atitude fenomenológica da abordagem gestáltica, uma possibilidade de acesso ao que é novo e diferente caracterizada por abertura e profundo respeito. Essas posturas afinam-se com a proposta do projeto pacífico que visa a favorecer a convivência e integração harmônica de pessoas, povos, nações e culturas diversas, preservadas suas respectivas singularidades. Além disso, promove a consciência de participação na construção intersubjetiva da realidade, essencial

para a noção de interdependência que se apresenta como perspectiva fundamental para a implementação de uma cultura de paz.

Dessa forma, a partir da origem filosófica e metodológica da abordagem gestáltica - humanista, existencialista e fenomenológica – constatamos que seus pressupostos carregam, indefectivelmente, uma ética essencial à construção de uma cultura de paz, baseada no respeito e na reverência à vida natural, diversa, livre e responsável.

3.4 – AS TEORIAS DE BASE DA ABORDAGEM GESTÁLTICA: A PSICOLOGIA DA GESTALT, A TEORIA DE CAMPO, A TEORIA ORGANÍSMICA E O HOLISMO

Poderíamos dizer que, se o Humanismo, o Existencialismo e a Fenomenologia constituem a alma da Gestalt-Terapia, suas teorias de base formam o corpo, por meio do qual ela se manifesta. Esse “corpo teórico” se faz com a Psicologia da Gestalt de Max Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler; a teoria de campo de Kurt Lewin; a teoria organísmica de Kurt Goldstein e o Holismo de Jan Smuts.

A **Psicologia da Gestalt** propõe o estudo da percepção, da aprendizagem e da solução de problemas como algo determinado pela realidade do campo, visto como um todo. Identificamos sua contribuição principal à Gestalt-Terapia com os conceitos centrais de “todo e parte”, “figura e fundo”, “aqui e agora” e “campo”. (Ribeiro, 1999).

Os princípios gestaltistas estavam em oposição direta à boa parte da tradição acadêmica da Psicologia na Alemanha. Esses gestaltistas combatiam o elementarismo ou atomismo e conseqüente associacionismo presentes na obra

wunditiana, afirmando que a percepção é uma totalidade, uma Gestalt, e toda tentativa de analisá-la ou de reduzi-la a elementos provoca a sua destruição. Eles afirmavam que, quando os elementos sensoriais são combinados, forma-se algum novo padrão ou configuração. Em termos sucintos: o todo é diferente da soma das suas partes. (Schultz e Schultz, 1981).

No âmbito da aprendizagem e solução de problemas, surgiu o conceito de intuição, ou *insight*, que pode ser definido como uma súbita alteração do campo perceptual. (Ribeiro, 1985). Essa conceituação difere dramaticamente da aprendizagem por tentativa e erro descrita por Thorndike e outros. Na concepção gestaltista, antes do *insight* ocorrer, o organismo precisa ter a capacidade de ver os relacionamentos entre os vários elementos do problema. (Schultz e Schultz, 1981).

O princípio gestaltista da organização da percepção *Figura/Fundo* postula que tendemos a organizar percepções no objeto observado (a figura) e o segundo plano contra o qual ela se destaca (o fundo). A figura parece ser mais substancial e destacar-se do seu fundo. Figura e fundo podem ser reversíveis. (Schultz e Schultz, 1981).

Segundo Ribeiro (1985), o pressuposto principal da psicologia gestaltista é determinado pelo contexto ou configuração total em que o objeto está envolvido. A percepção é determinada pelas relações entre os componentes de um campo perceptivo e não pelas características fixas dos componentes individuais. Ou seja, o campo tem diversos pontos e fontes de força, como uma rede, um todo de forças. (p. 95).

Dessa forma, verifica-se que a abordagem gestáltica ressalta a naturalidade da visão de totalidade, tão determinante para a construção de uma cultura de paz, oposta à “fantasia da separatividade” (Weil, 1993/2002, p. 51), que negligencia a

consciência de inter-relação complexa de tudo que existe. Essa configuração é aprofundada na teoria de campo.

A **teoria de campo** de Kurt Lewin é considerada bastante gestaltista quanto à orientação, mas diferencia-se por centrar-se nas necessidades e na personalidade e se ocupar das influências sociais sobre o comportamento. A teoria de campo na física levou Lewin a considerar que as atividades psicológicas da pessoa ocorrem numa espécie de campo psicológico que ele denominou *espaço vital*. O campo total compreende todos os eventos passados, presentes e futuros que possam influenciar uma pessoa. Assim, o espaço vital consiste na interação das necessidades do indivíduo com o ambiente psicológico. Ele considera que sempre que uma necessidade é sentida, existe um estado de tensão e o organismo tenta descarregá-la agindo de modo a restaurar o equilíbrio. (Schultz e Schultz, 1981).

Robine (2005) recorda os cinco princípios essenciais desenvolvidos por Lewin:

1 . O princípio da organização: o comportamento deriva de uma totalidade de fatos coexistentes. O sentido de um “fato isolado” depende de sua posição no campo.

2 . O princípio da contemporaneidade. É o presente o que explica, e concretamente, não se procura nada no passado como causa ou no futuro como objetivo.

3 . Princípio da singularidade. Cada situação é única, as circunstâncias diferentes e as generalizações devem, portanto ser suspensas.

4 . Princípio do processo cambiante. A experiência é provisória, não permanente.

5 . Princípio da pertinência possível. Nada do campo pode ser excluído a priori como não pertinente, ainda que pareça tangencial.

Desses princípios decorrem as seguintes características do conceito de campo em Gestalt-Terapia, sintetizadas por Yontef (1993/1998):

- A) Podemos compreender o campo como uma totalidade de forças mutuamente influenciáveis que, em conjunto, formam uma unidade interativa.
- B) Um campo é uma teia sistemática, um todo, de relacionamentos, que são suas partes, ele é contínuo no espaço e no tempo, isto é contém presente, passado e futuro.
- C) Tudo é *de-um-campo*. Ou seja, nada está desconectado. Não há parte sem todo, nem todo sem partes. Daí surge a diferença das expressões: *no campo* e *do campo*, em que a primeira perspectiva, implica separação e a segunda, diferenciação na inclusão.
- D) Os fenômenos são determinados pelo campo todo, desse modo, tudo no campo afeta todo o resto, configurando a profunda relação, o total imbricamento, entre todo e parte, parte e todo.

A teoria do campo formou as bases para o desenvolvimento dos conceitos de campo, fronteira, necessidade e valência em Gestalt-Terapia. (Ribeiro, 1999) Ela é considerada por Yontef (1993/1998) como o cimento cognitivo que mantém unido o sistema da Gestalt-Terapia ou o ímã que atrai a bússola dessa abordagem. É uma teoria que engendra uma compreensão complexa e integradora da realidade fundamental para a construção de uma cultura de paz, conforme desenvolveremos na discussão deste trabalho.

A **teoria organísmica**, da qual Goldstein é o principal representante (em cujo laboratório trabalharam Fritz e Laura Perls), postula que o organismo é uma só unidade; o que ocorre em uma parte afeta o todo. Daí decorre uma concepção de que a pessoa é um sistema organizado, integrado e consistente. A auto-regulação

organísmica é a forma do organismo buscar um estado de equilíbrio dinâmico para a obtenção da auto-realização, sua razão de existir. A auto-realização é o processo em que a tendência criativa da pessoa se plenifica. (Ribeiro, 1999).

Goldstein usa ainda os conceitos de figura e fundo como os principais conceitos estruturais explicativos do organismo. (Ribeiro, 1985). Esse arcabouço permeia toda a Gestalt-Terapia, trazendo, entre outras coisas, a percepção do sintoma como um ajustamento criativo descontextualizado, ao invés de uma incapacidade ou incompetência do organismo.

A teoria organísmica acrescenta à visão gestaltista da interdependência do campo, a compreensão do seu sentido, que é de plenitude e harmonia, buscado de forma ativa e processual. No enfoque da construção de uma cultura de paz, entendemos que essa compreensão, sintetizada na definição de auto-regulação organísmica, embasa o conceito de paz positiva que transcende a ausência de violência e propõe uma realidade promotora de realização, em que os conflitos são resolvidos pacificamente. Assim, consideramos a auto-regulação organísmica como “a sabedoria” do organismo que constitui, nesse contexto, uma orientação genuína do organismo para a paz.

O **Holismo** de Smuts subentende uma tendência sintética do Universo. Ele aborda a evolução como o desenvolvimento e a estratificação graduais de séries progressivas de totalidades, que se estendem desde os primórdios inorgânicos até os níveis mais elevados da criação espiritual. Smuts se detém algum tempo sobre dimensões mais psicológicas, abordando o espírito como órgão de totalidade e a personalidade enquanto globalidade. (Robine, 1993).

Desta forma, concebe-se o ser humano considerando sua dimensão intrapsíquica, interpísica e transpísica. Nesse sentido, Ribeiro (2006) aponta que

é preciso abandonar concepções pequenas e fragmentadas que se aplicam apenas ao indivíduo, para perceber que tudo tem seu similar no universo, e que fazer Gestalt é recuperar a perspectiva cósmica de que tudo se integra na totalidade.

Na proposta de construir uma cultura de paz o Holismo associa-se à ética. Boff (2000) apresenta a ética holística como uma perspectiva essencial para a construção de um *ethos* mundial. Ele esclarece que essa expressão não significa a somatória dos pontos de vista, - os quais o autor considera sempre a vista de um ponto - mas a capacidade de ver a transversalidade e detectar os “inter-retro-relacionamentos” de tudo com tudo, uma configuração em que nada existe desvinculado do todo: as partes estão no todo, e o todo, como num holograma, reflete-se em cada parte.

A abordagem gestáltica transpira essa proposta como um todo, mais evidentemente nas constatações de que o organismo e as coisas são ininteligíveis se não os considerarmos dentro do seu campo de relações, de que tudo está em processo incessante de troca criativa, de que todas as coisas vivas e não-vivas estão interconectadas e portanto, são interdependentes. (Robine, 1993).

Além desses conceitos e idéias formais e mais fortemente desenvolvidos em sua teoria, a Gestalt-Terapia recebeu influências a partir das formações pessoais de seus formuladores. (Alvim, 2000). Entre elas podemos citar Freud e a Psicanálise, os pós-freudianos Jung, Adler, Rank, Karen Horney e Reich – este último como a presença mais significativa -, arte, teatro, dança, Friedlaender – com os conceitos de indiferença criativa e o pensamento diferencial – o Taoísmo, o Tantrismo e o Zen-Budismo, que traz as concepções de aqui e agora e vazío fértil. (Loffredo, 1994). Desta forma, percebemos que essa abordagem nasce do encontro de linhas de pensamento, tradições

artísticas e culturais, vivências pessoais e espirituais, caracterizando uma totalidade complexa e rica em diversidade.

As filosofias, teorias, idéias, influências e conceitos acima discutidos são partes que se articulam no sentido de formar uma totalidade: a Gestalt-Terapia.

3.5 – A PROPOSTA DA GESTALT-TERAPIA

A Gestalt-Terapia faz do **conceito de contato** sua autodefinição instrumental e essencial, considerando que “tudo no universo está em contato, pois é ele a alma que transforma e sintetiza todas as coisas”. (Ribeiro, 2006, p. 92).

O contato é a realidade mais simples e primeira. Contatar é todo o tipo de relação viva que ocorre na fronteira. O contato é *awareness* do campo; percepção da novidade assimilável e comportamento em relação a esta; e rejeição da novidade inassimilável. O organismo persiste pela assimilação ao novo, pela mudança e crescimento. Todo contato é criativo e dinâmico. É ajustamento criativo do organismo-ambiente. (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997).

O self realiza sua natureza de crescimento como ajustamento criativo nas etapas: pré-contato, contatar, contato final e pós-contato. Podemos descrever a interação organismo-ambiente, o contato, como uma relação figura-fundo em que:

- 1) No pré-contato surge um apetite ou estímulo ambiental como figura. O corpo é o fundo.
- 2) No contato, a figura se torna a possibilidade no ambiente que corresponde a necessidade ou excitação presentes, enquanto estes passam a compor o fundo. Então, acontece a escolha e a rejeição de possibilidades por meio de identificações e alienações.
- 3) Completa-se o contato com o objetivo desejado no contato final. Aqui, ele é a figura, contatada com *awareness* no seu ponto mais

radiante; corpo e ambiente vão para o fundo. Relaxa-se toda a deliberação e ocorre um fluxo espontâneo integrado de percepções, movimentos e sentimentos.

- 4) A interação organismo-ambiente se dá no repouso e relaxamento no pós-contato, de forma fluida, com menor presença do self. (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997).

Carvalho (2005) sintetiza as contribuições de outros autores ao ciclo do contato, considerando que estas mantêm a formulação básica, ampliando aspectos teóricos:

Zinker (1979) aponta seis fases do contato: sensação, awareness, mobilização de energia, ação, contato e retração. Ribeiro (1997) modifica a seqüência das fases de Zinker, acrescenta as fases de fluidez (sensação de leveza e renovação) e interação (relação com o outro sem expectativa ou necessidade) e integra colaboração anterior de Clarkson (1989, citado em Ribeiro, 1997), satisfação (desfrute do contato). Todos os autores concordam que o tipo de sintoma de um organismo disfuncional está associado à fase do ciclo que sofre inibição, sob condições adversas. (p.9).

Para Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997), a Psicologia é o estudo dos ajustamentos criativos. Seu tema é a transição entre a novidade e a rotina que resulta em crescimento. A Psicologia anormal é vista como o estudo da interrupção, inibição ou outros acidentes no decorrer do ajustamento criativo. Em Gestalt-Terapia, criatividade e ajustamento são polares e mutuamente necessários.

Dessa forma, o processo de ajustamento criativo define a visão de saúde e doença na abordagem gestáltica. Entendemos que podemos, semelhantemente, analisar as dinâmicas de paz e violência à luz desse conceito que, ocupando posição central na Gestalt-Terapia, aponta para a natureza ativa da participação do humano, visto como um ser multidimensional e essencialmente relacional, na construção de

sua identidade. “É no encontro ser-mundo que ocorre a experiência consciente” (Carvalho 2005, p. 5).

Organismo e ambiente se definem no contato, a partir de seus contextos mutuamente inter-relacionados. O termo *criativo*, de acordo com Carvalho (2005), descreve 1) “a auto-criação do indivíduo” que adapta-se às circunstâncias do meio, tanto no funcionamento saudável, espontâneo, como nos ajustamentos defensivos das patologias psíquicas; e 2) “a criação do mundo” na medida em que lhe confere significados e interfere nele, transformando-o ao assimilá-lo. (p.7)

A proposta de construir uma cultura de paz carrega em seu bojo a necessidade desse ato criativo. Como afirma Milani (2003b)

A construção de uma Cultura de Paz só é viável na medida em que cada um de nós avance do estado de quietude (na acepção de silêncio e paralisia), para o de inquietude (no sentido de preocupação, movimentação e mobilização). O primeiro passo para tal mudança é acreditar que a paz é possível. (p.13)

Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997) consideram que o foco da Psicologia é a operação da fronteira de contato no campo organismo-ambiente. A fronteira não é uma “fronteira entre”, mas o lugar da experiência, um órgão de uma relação específica entre o organismo e o ambiente.

Nesse sentido, Alvim (2000) compreende que

o movimento dos indivíduos no meio envolve contato e fuga, abertura e fechamento, num ritmo de formação e destruição de figuras que se sucede infinitamente, e que é determinado pelas escolhas feitas por eles, a partir de suas necessidades, uma de cada vez. Esse processo acontece no aqui-e-agora e, quando cada figura é focalizada e se delinea bem e completamente, destacando-se do seu fundo, diz-se que há awareness, ou

seja, a situação foi vivida inteiramente, o contato foi pleno e satisfatório para as necessidades do indivíduo. (p.48).

Quando existe uma fluidez na relação figura-fundo, verifica-se uma dinâmica saudável. Por meio da awareness do contexto contemporâneo, ocorre a auto-regulação orgânica em que “a escolha e o aprendizado acontecem de forma holística, com uma integração natural de corpo e mente, pensamento e sentimento, espontaneidade e deliberação” (Yontef 1993/1998, p.30). A partir do respeito à necessidade do organismo aqui e agora, a auto-regulação é o instrumento de manutenção da vida e se dá no mundo e por meio dele, pois “nenhum ser se auto-regula sozinho ou a partir de si mesmo.” (Ribeiro 2006, p.55).

Nesse contexto, o conflito surge como possibilidade de crescimento, expansão, conhecimento e auto-conhecimento. A abordagem gestáltica corrobora a visão de paz positiva e combate veementemente a noção de que o conflito é indesejável ou mesmo um desperdício de energia, apontando sua importância não apenas na solução final do conflito, mas igualmente ao longo do processo de resolução. Pois, como afirmam Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997)

onde o conflito é profundamente pleno de interesse, o que fazer, o que pertence a nós mesmos em lugar de pertencer a uma norma estereotipada é exatamente o que está sendo verificado. E mais, o verdadeiro trabalho a ser feito, talvez a verdadeira vocação, está sendo descoberto pela primeira vez no conflito; isto até então não era conhecido por ninguém, e certamente não está expresso de modo adequado nas reivindicações em disputa. O conflito é uma colaboração que vai além do que se pretende, em direção a uma figura inteiramente nova.

Esses autores ressaltam que no conflito, contanto que as partes se mantenham em contato e estejam seriamente visando a melhor realização criativa, a melhor

eficiência não se alcança estabelecendo uma harmonia *a priori* entre seus interesses, ou comprometendo visões individuais em prol de um objetivo preconcebido, mas quanto mais intensamente discordarem e expressarem suas desavenças, maior a probabilidade de que gerem, de modo coletivo, uma idéia melhor do que qualquer uma que existia isolada anteriormente. (Perls, Goodman e Hefferline 1951/1997).

Eles acrescentam que semelhante conflito é intenso porque há muita coisa a ser destruída e perguntam se a destrutividade tem de ser inibida. Para responder a essa questão, começam diferenciando a aniquilação da destruição. O ato de *aniquilar* é definido como transformar em nada, rejeitar o objeto e suprimir sua existência que não é indispensável para completar a gestalt; constitui-se primordialmente como uma resposta defensiva à dor, à invasão do corpo ou ao perigo. Já a ação de *destruir* – desestruturar - é a demolição de um todo em fragmentos, para assimilá-los como partes num novo todo. (Perls, Goodman e Hefferline 1951/1997). Tal percepção leva à conceituação de agressão e agressividade em Gestalt-Terapia.

Perls (1947/2002), no livro considerado o precursor da abordagem gestáltica *Ego, Fome e Agressão*, afirma que “as relações entre indivíduo e sociedade, e entre grupos sociais, não podem ser compreendidas sem se considerar o problema da agressão.” (p.39).

A partir dessa constatação, o autor ressalta a semelhança estrutural dos processos mentais e físicos e localiza a função biológica adequada da agressão nos atos de morder e mastigar para, assim, poder entrar em contato com o novo, assimilá-lo e crescer. Esse processo torna-se viável apenas pela interação – deglutição - do diferente pela transformação - mastigação.

Dessa forma, Perls (1947/2002) aponta que a agressão tem uma meta em comum com a maioria das emoções: não a descarga sem sentido, mas a aplicação. Pois, quando

bloqueada, se manifesta em formas nocivas, tais como matar, fazer guerras, crueldade, ou por meio de retroflexão como autotortura e até autodestruição. “É um pavor da agressão, destruição e perda que resulta naturalmente em agressão e destruição inconscientes voltadas tanto para fora como para dentro”. (Perls, Goodman e Heferline 1951/1997).

Evidencia-se, portanto, diante da realidade violenta em que vivemos, que esse instinto está se manifestando de maneira deturpada e que a construção de uma cultura de paz requer mudanças na concepção e aplicação da agressão. Nesse sentido, Laura Perls (1992) afirma: “já que a agressão é um ingrediente indispensável da constituição humana, nós temos que usá-la, que desenvolvê-la em um instrumento valioso para o gerenciamento de nossas vidas” (p.43).

Perls (1947/2002) alerta, ainda, que a ausência de mudança, como a não-aplicação de agressividade a serviço do holismo individual, desintegra a personalidade, malogrando seus próprios objetivos. Ele considera que apenas restabelecendo a tendência destrutiva em relação ao alimento, bem como a qualquer coisa que apresente um obstáculo à integridade do indivíduo, reinstalando uma agressão bem-sucedida, ocorre a reintegração do organismo.

A partir dessa visão, entende-se que a agressividade permite ao indivíduo interagir de forma ativa na fronteira de contato em busca da realização de suas necessidades. Assim, por meio de transformação no contato pode crescer; ou, quando for preciso, se proteger e autopreservar, sem ser invadido passivamente. Ressalta-se, dessa forma, que a agressividade, caracterizada pelo processo de ajustamento criativo, é essencial para a saúde e, portanto, para a paz.

Outro fator determinante para o sucesso do ajustamento criativo é a awareness definida por Ribeiro (2006) como a consciência da própria consciência ou

consciência reflexa, forma mais completa de contato, fruto da imersão consciente e total da pessoa na sua relação com o mundo. Mais do que um ato cognitivo, a awareness consiste em algo integrador e transformador: “um momento de síntese emocional, no qual parte e todo, figura e fundo se transformam em parte-todo, figura-fundo.” (p.75).

Esse autor considera que, no âmbito da psicoterapia gestáltica, o principal objetivo é obter awareness – compreendendo o conhecimento do ambiente, a responsabilidade pelas próprias escolhas, o autoconhecimento, a auto-aceitação e a capacidade de contato para interagir criativamente e realizar-se. Tal referencial trabalha na direção de aumentar a fluidez da auto-regulação orgânica e conseqüentemente do auto-suporte do indivíduo. (Ribeiro, 1997).

Dessa forma, a Gestalt-Terapia busca o crescimento e o desenvolvimento da autonomia da pessoa por meio de ampliação de consciência. Entretanto, ressaltamos que a awareness não se dá em relação apenas ao organismo, isoladamente, mas abarca o campo como um todo e suas partes. Um dos seus maiores valores é a compreensão de que é a interação organismo-ambiente que constitui a situação psicológica – o encontro.

Robine (2005) considera que a teoria do campo da Gestalt Terapia engendra um paradigma que se distingue do paradigma individualista. Com a finalidade de sintetizar essa diferenciação, o autor apresenta o quadro de Gordon Wheeler (1996) que reproduziremos a seguir:

Quadro 1: Diferenciação do paradigma individualista e do paradigma do campo segundo Gordon Wheeler (citado em Robine, 2005)

	Paradigma Individualista	Paradigma do campo
Si	Preexistente, separado, precede a relação	A integração da experiência interna e externa, inclui a relação
Outro	Separado do eu, objeto das pulsões do si	Fundamentalmente associado enquanto pólo co-igualitário da experiência do eu
Natureza humana	Descarga das pulsões, isolada do campo	Auto-organização significativa da experiência, a construção de significados como a direção primeira
Relação	Secundária, sujeito-objeto ou objeto-objeto	Primária, sujeito-sujeito
Fronteira	Separa o si do campo	Une o “si” ao “outro”, lugar do processo do si: limites fora do processo do si
Posição do observador	Perspectiva objetivista, experiência vista de fora da pessoa observada	O observador busca compreender o mundo do sujeito a partir de um ponto de vista do sujeito
Processo	Dados observáveis	Dados organizados em termos de intenções e metas do sujeito: fenomenológico
Desenvolvimento	Conformidade com as normas pré-estabelecidas: o objeto se desenvolve	A elaboração da intersubjetividade no campo
Comunidade	Oposta ao indivíduo	Contida no indivíduo, como um pólo da experiência do si
Terapia	Intervenção especializada com um objetivo de correção	Apoio para a articulação do si
Visão da realidade	Positivista, Objetivista	Fenomenológica, todos os significados da experiência organizados pelo sujeito
Crítério de Conhecimento	Objetivo	Dialogal
Natureza da autoridade	Hierárquica	Dialogal e mútua
Poder	Coercitivo, autoritário	Modelo que confere poderes
Saúde	Máximo de autonomia	Desenvolvimento e articulação da experiência do si, compreendendo a relação significativa no campo
Direção do Desenvolvimento	Incrementar a autonomia	Incrementar a conexão significativa
Vergonha	Chave de relações superior/inferior	Índice de acuidade no campo

Entendemos que a visão proposta no paradigma do campo afina-se com os pressupostos e prática da abordagem gestáltica, apresentando uma perspectiva que promove uma consciência da inter-relação e interdependência de tudo que compõe o campo, ao mesmo tempo em que ressalta a criatividade como substância essencial e mantenedora da vida.

Essa percepção é fundamental para o estabelecimento de uma cultura de paz que pressupõe uma postura ética em todos os níveis da sociedade e entre as nações, um exercício que só é possível a partir de uma compreensão integradora dos indivíduos e da coletividade como dimensões ativas e co-criadoras de sua própria realidade.

A Gestalt-Terapia enfatiza, assim, o conceito de self como “os movimentos internos do campo, movimentos de integração e de diferenciação, de unificação e de individuação, de ação e de transformação.” (Robine 2005). Conforme definem Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997) o self constitui “um processo temporal” (p.178), “a função de contatar o presente transiente concreto” (p.177). Dessa forma, como um sistema de contatos consciente, o self orienta, agride e manipula, sentindo emocionalmente a relação entre ambiente e organismo.

Esses autores apresentam a função da psicoterapia como a ação de recolocar em contato e em conflito os interesses compartimentalizados do self, confiando em seu poder integrativo, compreendendo-o não como um recipiente passivo do ambiente, mas como fonte de criatividade. O self exerce sua inventividade tanto no sentido de descobrir novas soluções para a situação que se apresenta, quanto no de elaborá-las, um processo que requer entrega com disponibilidade para correr riscos. (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997).

É essa abertura para a transformação que a construção da vivência da paz exige, pois a sua realização, principalmente no âmbito da resolução de conflitos, passa pelo

reconhecimento e pela integração daquilo que foi excluído em todos os níveis: pessoal, grupal, social e global.

Zinker (1977/1979) aponta a Gestalt-Terapia como uma terapia criativa, pois busca promover um espaço, um laboratório, um campo de experimentação para que a pessoa ou o grupo possam, com o terapeuta, explorar ativamente suas possibilidades como seres vivos. Esse autor considera que a terapia é um encontro de amor autêntico: “desejamos que o outro seja. Não desejamos violar sua integridade humana única.” (p.13).³

Jacobs (1995/1997) descreve as características da relação terapêutica em Gestalt-Terapia consoantes com os valores existenciais, incluindo uma relação não-hierárquica e uma ênfase no compromisso pleno e genuíno entre o terapeuta e a pessoa em terapia. Ela avalia que o modelo Eu-Tu Buberiano é uma extensão apropriada e lógica do enfoque da Gestalt-terapia para o processo de contato e que a própria relação dialógica é um veículo para a restauração da awareness, afirmando que o diálogo estabelece a importância ontológica do contato, pois este constitui “o meio pelo qual nos nutrimos, pelo qual compreendemos, nos orientamos e atendemos às nossas necessidades. Mas, sob a luz do Eu-Tu, o contato se situa no centro ontológico do desenvolvimento único, psicológico e espiritual de nossa existência humana.” (p.73).

A autora aponta como expressões-chaves para o processo psicoterápico os termos *Eu e Tu*, *Aqui e Agora*, ressaltando que é determinante para a sua realização o encorajamento e aperfeiçoamento do que Buber define como diálogo, em que todo viver é encontro. Nessa perspectiva, não existe um “Eu” isolado, mas somente o Eu em relação: “o modo Eu-Isso é vitalmente necessário para a sobrevivência e o Eu-Tu para a realização da condição de pessoa.” (p. 68).

³ Tradução da autora

Ribeiro (1994) afirma que ambos os modos constituem o chão do encontro terapêutico, porque a atitude Eu-Isso é o processo que leva à relação Eu-Tu, que ocorre, apenas, ocasionalmente. Esse autor considera que

o valor primordial desse vivo encontro existencial é que duas pessoas estão se arriscando em um diálogo, em um processo de cura. Sua finalidade é um cheio, completo e autêntico momento entre duas pessoas. O desenvolvimento da capacidade para formas genuínas de relacionamento é o coração do processo de cura e é o que nós chamamos de relação dialógica. (p.27).

Nesse sentido, a relação terapêutica na abordagem gestáltica pode ser interpretada como uma pedagogia para relacionar-se em paz, pois constitui um contato real, em que observamos honestidade, calor, expressão e participação, baseada no respeito pleno ao outro. A questão do poder é trabalhada de forma horizontal, cada parte com a sua especificidade.

A pessoa em terapia e o terapeuta são **do** campo e é a experiência deste campo co-construído que constitui a ferramenta primordial do terapeuta. Para utilizá-la, é indispensável que o terapeuta articule seu conhecimento teórico, sua habilidade técnica, sua sabedoria pessoal e auto-awareness. Segundo Robine (2003), esse é um posicionamento diferente, que leva o terapeuta a trocar a especialização advinda do conhecimento de como um indivíduo funciona para se tornar um tipo de especialista no que pode vir a acontecer numa relação.

Essa abordagem propõe mais uma exploração do que uma modificação direta do comportamento. As técnicas em Gestalt-Terapia são meios de expandir a experiência direta e não foram concebidas para levar a pessoa a um lugar específico, mudar seus sentimentos, recondicionar ou propiciar catarse, embora isso possa decorrer da vivência de um experimento. Podemos usar técnicas de vários tipos: focalização na experiência ou sensação presente, fantasia dirigida, encenação, técnicas de soltura e integração e

técnicas corporais, entre outras, para ampliar a consciência do que está sendo experienciado *aqui e agora*. (Yontef, 1993/1998). Como afirma Zinker (1977/1979) Gestalt-Terapia é permissão para criar, o limite é a ética, sempre presente.

A partir da apresentação geral da abordagem gestáltica, procuramos fornecer subsídios para o entendimento dessa abordagem como um instrumento para a construção de uma cultura de paz, conforme discutiremos a seguir. Pois verificamos que no âmbito da Gestalt-Terapia não cabe uma compreensão individualista da realidade, já que seu arcabouço teórico-prático promove, concomitantemente, a consciência da interdependência de tudo no campo e a consciência do poder da criatividade emergente das relações pautadas nos princípios de liberdade e responsabilidade.

Nesse contexto, em que o instinto da agressão é percebido como natural e não violento e o conflito entendido como possibilidade de crescimento, conceituamos a paz como manifestação dinâmica e espontânea dos organismos que respeitam sua autorregulação, aceitam fluir no contato e, assim, corajosamente se abrem para correr riscos, transformar-se e expandir-se. Essa é a forma como compreendemos a construção de uma cultura de paz: um convite à expansão individual e à evolução coletiva.

PARTE III – DISCUSSÃO – CONSTRUINDO...

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não só é de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar.

(Freire 1996, p. 76-77).

CAPÍTULO 4 – A ABORDAGEM GESTÁLTICA COMO UM INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ

4.1 – A VOCAÇÃO

A tarefa de construir uma cultura de paz apresenta-se como imperativa (Boff, 2006). A realidade atual e previsões concernentes ao destino da humanidade exigem-na para além de uma opção pautada na ética, como uma atitude de lucidez diante da ameaça violenta à sobrevivência humana que ataca as esferas: físicas, psicológicas, sociais, ambientais e espirituais. Entretanto, apesar da obviedade de sua necessidade, advinda de constatações e informações contemporâneas, muitos indivíduos ainda não a perceberam. Aqueles que o fizeram, deparam-se com inúmeros desafios que configuram um contexto que clama por pesquisas, debates, idéias, diálogos, sínteses, projetos de ação e realizações efetivas. A partir do objetivo comum de construir uma Cultura de Paz, a conquista da paz já começou: “promover a Cultura de Paz é, em si, o processo, o aprendizado e a meta.”(Milani & Jesus, 2003, p.18).

Esse trabalho conjunto requer a participação de todos em razão de sua abrangência, que transcende iniciativas governamentais e institucionais. Precisa conectar todos os movimentos sociais existentes, abarcando aqueles em prol da justiça econômica, da participação democrática, da igualdade social em termos de gênero, raça e crença religiosa, da consciência ecológica e desenvolvimento sustentável, da defesa dos direitos humanos e garantia das liberdades fundamentais. Assim, constitui um movimento global que convoca do macro ao micro, o todo e suas partes.

Diante desse convite, entendemos que a Gestalt-Terapia, observadas suas dimensões - filosófica, teórica, metodológica e ética -, pode contribuir fornecendo subsídios conceituais e práticos úteis para a construção de uma cultura de paz. Afinal, a Gestalt-Terapia propõe uma concepção e vivência do humano que contempla sua inteireza, considerando suas necessidades físicas, psicológicas, sociais e espirituais. Portanto, a negligência de quaisquer partes presentes não é aceitável nesta abordagem, visto que preza a totalidade do indivíduo e do encontro, aceita a perspectiva complexa e integradora do campo e busca compreender os fenômenos tal como eles se mostram no *aqui e agora*.

A abordagem gestáltica favorece a promoção de uma Cultura de Paz, desde os seus fundamentos, na medida em que apresenta uma visão de ser humano e de mundo congruente com uma cultura pacífica. Dessa forma, vem respaldar filosoficamente as premissas de respeito pleno à vida, promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

O Humanismo na Gestalt-Terapia apresenta-se como razão constitutiva, pois é a consciência do valor do humano e crença em sua potencialidade que embasa todo o arcabouço teórico-prático dessa referência. Entendemos que essa perspectiva humanista integra, igualmente, toda a motivação para a construção de uma cultura de paz,

objetivando uma realidade que seja fruto dessa visão e, simultaneamente, perpetuadora de sua manifestação. Empregar esforços nesse sentido consiste em uma *ação ética*, conforme conceituado por Minkowski (s.d.), pois revela uma realização “daquilo que há de ‘humano’ em nós, daquilo que há de virtualmente comum em nós, daquilo que anima toda a nossa vida” (p.2) e nos convoca de modo tão determinante e genuíno que dispensa cálculos e avaliações, não prevendo outra consequência a não ser a de “permitir-nos abraçar, num instante, em um relance de olhos, toda a grandeza, todo o valor, toda a riqueza da vida.” (p.4).

A partir dessa inspiração, os conceitos existencialistas orientam a Gestalt-Terapia, principalmente a partir da noção de projeto de vida, para trabalhar com a escolha ativa do ser humano na configuração de sua vida. A proposição de uma cultura de paz constitui uma iniciativa deliberada pela sociedade, advinda das constatações de suas necessidades e possibilidades, diante da realidade coletiva e individual na qual se encontra e que clama por transformação. A abordagem gestáltica ancora-se nos princípios existenciais de liberdade e responsabilidade para estruturar toda a sua teoria e metodologia, propiciando a tomada de consciência para a realização de mudanças desejadas, o que pode instrumentalizar a implementação desse projeto pacífico.

A Fenomenologia é operacionalização da abordagem gestáltica e, nesse âmbito, constitui um método que denota o profundo respeito pela autenticidade, singularidade e imprevisibilidade do fenômeno humano. Configura, assim, uma possibilidade de conhecimento e, portanto, de contato, totalmente congruente com a postura requerida numa cultura de paz. Promove a aceitação da diversidade e o reconhecimento de participação constante na construção intersubjetiva da realidade, favorecendo a integração entre pessoas, nações, povos e culturas diferentes.

Em síntese, concebemos que a visão gestáltica integra valor, liberdade, responsabilidade, diversidade e intersubjetividade, corroborando o projeto pacífico, já que, como afirma a *Declaração sobre a Paz na Mente dos Homens* (1989), é preciso que a humanidade possa vislumbrar essa realidade para trabalhar na direção de concretizá-la.

Para explicitar as reflexões mais específicas que nos levaram a propor a abordagem gestáltica como um instrumento para a construção de uma cultura de paz, percorreremos a seguir alguns conceitos-chave, apresentados na parte II deste trabalho, articulando-os com a meta pacífica, elucidada na parte I da dissertação.

4.2 – CONTATO, FRONTEIRA DE CONTATO E CONSCIÊNCIA DA INTERDEPENDÊNCIA PARA UMA CULTURA DE PAZ

A compreensão da interdependência de todas as coisas, de todos os seres, de tudo o que existe, parece ser o desafio da vida: desvelar sua própria natureza, tomar consciência da complexidade de sua manifestação. (Morin,1983)

A Gestalt-Terapia apresenta o *contato* como a realidade mais simples e primeira, e denomina a interação entre organismo e ambiente, em qualquer função, como um campo organismo-ambiente, ressaltando a indissociabilidade das partes que o compõe. Assim, todo tipo de relação viva que ocorre na fronteira é contato e a *fronteira de contato*, campo de interação, volta-se “tanto para a parte-ambiente como para a parte-organismo. Neurologicamente, tem receptores e proprioceptores. Contudo, em *ato*, no contato, há um único todo dado de movimento iniciador de percepção, matizado de sentimento.” (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997, p.70).

Nesse sentido, o conceito de “contato/ fronteira é mais fundamental do que intra ou inter, ou do que interno ou externo”, (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997, p.162) do que material ou espiritual, do que social ou ambiental, do que individual ou

coletivo, pois esclarece que é a partir do encontro que se dá a vida, que os organismos persistem pela assimilação do novo, pela mudança e pelo crescimento advindos do contato na fronteira. E aí substituímos o “ou” por “e”, pois entendemos que a fronteira é a união que possibilita a diferenciação, mas não a separação. Tal concepção favorece o projeto pacífico na medida em que promove uma nova atitude diante da diversidade, seja ela entre indivíduos, grupos, nações ou culturas, pois promove a compreensão do imbricamento interdependente todo-parte.

Weil (1993/2002) denomina a perda da consciência dessa inter-relação total fantasia da separatividade. Ele a considera fator determinante para o estabelecimento de uma cultura de violência, que fragmenta: mente, corpo e emoções; ser humano e natureza; indivíduo e sociedade. Decorre desta disjunção uma série de conseqüências danosas para o todo e suas partes que se percebem isoladamente, por exemplo: doenças psicossomáticas, poluição e degradação dos recursos naturais, desigualdades sociais, guerras entre povos e nações, dentre tantos outros.

Nesse sentido, Crema (2006) afirma que “quanto mais nos sentimos desvinculados, mais buscamos nos defender, o ataque passando a ser justificado pela ameaça do fator estranho, daquilo que julgamos não nos dizer nenhum respeito.” (p.145). Assim, avalia que a consciência de participação e comunhão reveste-se com valor de um preceito ético imprescindível para a construção de uma cultura de paz.

Essa conquista, segundo Weil (1993/2002), significa a recuperação da unidade perdida nas divisões, fragmentações e classificações humanas. No empenho dessa tarefa, considera essencial a visão holística, que, para ele, contempla a ciência, os estudos transpessoais e as tradições espirituais, apontando para uma perspectiva integrada que leve em conta a ecologia individual, social e planetária. (Weil, 1993/2002).

Ribeiro (1997) entende que o universo do *contato* é a totalidade, pois ressalta a relação mútua de tudo o que existe. Podemos considerar a abordagem gestáltica como uma porta-voz da totalidade. Por isso, traz a palavra Gestalt no nome e a desenvolve em sua teoria e prática clínica. Assim, compreendemos que existir é relacionar-se, e, portanto, a forma que escolhermos e conseguirmos vivenciar essa profunda e intransponível relação do campo organismo-ambiente, definirá a qualidade de nossa existência. Como afirma McLeod (1993) “nós somos o contato que fazemos.” (p.25).

A Gestalt-Terapia se propõe a ser uma terapia do contato e de contato, por compreender que a relação é algo fundamental na natureza humana. As pessoas nascem da relação e constituem-se na relação e para relação: “todo o meu ser é predisposto para o contato. Todos os meus sentidos são canais de contato.” (Ribeiro 1994, p.29).

Ribeiro (1997) apresenta a noção de contato como teoria, técnica e arte. O aspecto teórico advém dos princípios dos quais emana e nos quais se fundamenta; a dimensão técnica se concretiza por meio do corpo, quando usamos o contato como instrumento de aproximação e compreensão da realidade; por fim, a arte traz o transcendente e a superação em busca da plenitude, ampliando a noção de contato. Compreendemos, assim, o contato não apenas como matéria-prima da existência, mas como dom, como bênção. O contato aponta para além da forma pela qual a vida se manifesta, evocando as possibilidades de realização que ela carrega.

A paz é função do contato. Portanto, apresenta as necessidades intrínsecas deste, segundo Ribeiro (1997): fluidez, sensação, consciência, mobilização, ação, interação, contato final, satisfação e retirada. Esses momentos do ciclo do contato são denominados pelo autor fatores de cura, pois ele os entende como “momentos progressivos de engajamento na vida” (p. 61). Cura, nesse sentido, significa resgatar a totalidade, não estando atrelada a nenhuma noção ideal estabelecida a priori.

Analogamente, podemos compreender a construção de uma cultura de Paz como uma trajetória de cura, pois a paz se alcança quando se é capaz de fazer contato, lograr suas necessidades, mudar e crescer. Para a efetivação deste ciclo que se realiza de forma não-linear e holográfica, são necessárias atitudes apontadas como fundamentais para a construção de uma cultura de paz, como: confiança, abertura, atenção, vontade, iniciativa, coragem, disponibilidade, realização, plenitude, autonomia e liberdade. Dessa forma, ao avançarmos no contato que estabelecemos com nós mesmos, o outro e o mundo, ampliando a consciência sobre a necessária autonomia e simultânea interdependência de nossa existência, estamos avançando na direção da construção de uma cultura de paz.

Na medida em que conectamos o conceito de contato à paz, percebendo essa relação como inextrincável, verificamos a natureza dinâmica e transformadora da paz, que por ser resultado de contato, requer constante movimento para se concretizar. Assim, combatemos a visão tradicional ou negativa de paz, definida como ausência de conflito, ligada à quietude, passividade e até mesmo estagnação, entendida como um ideal distante ou utopia (Jares, 2002) e caminhamos na direção da compreensão positiva de paz, participativa, co-construída, concreta, interativa e criativa. Nesse contexto, o conflito e agressividade não são apenas naturais, mas necessários para que haja contato e, portanto, paz.

Assim, compreendemos que viver em uma cultura de paz significa fluir de modo saudável pelo contato, sintonizando-se com a própria natureza. A exigência para concretizar essa meta é de integração em todos os níveis individual, grupal, social, mundial, articulando: teoria, técnica e arte; pensamento, ação e emoção; mente, corpo e espírito; indivíduo, sociedade e meio ambiente; família, sociedade e mundo.

4.3 – AWARENESS E O PARADIGMA DO CAMPO PARA UMA CULTURA DE PAZ

A awareness constitui a experiência de estar em contato desperto com o campo organismo-ambiente, tendo completo apoio sensorio-motor, emocional, cognitivo e energético. Desta forma, a awareness é geradora de novas totalidades significativas, transcendendo uma reflexão sobre qualquer problema, pois a própria awareness constitui uma integração criativa. (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997)

Yontef (1993/1998) coloca que a awareness, implicando aceitação, escolha e responsabilidade, traz mudanças naturais e espontâneas na direção saudável. Entendemos, assim, que a experiência da awareness, isto é, uma ampliação de consciência que possibilita um “dar-se conta”, é fundamental para a construção de uma cultura de paz e necessário fim do ciclo vicioso da violência.

É reconhecida a necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica e ecológica para a paz. A educação para a paz tem se colocado como uma ferramenta muito importante nesse aspecto, assim como para a concretização de uma cultura de paz como um todo, “emergindo na interlocução da comunidade internacional, não apenas como uma nova área de pesquisa ou um campo relevante, mas como expressividade da idéia de bem, onde se joga a própria questão do sentido da humanidade e da finalidade da educação” (Guimarães 2005, p.22).

Entendemos que a abordagem gestáltica vem somar-se a esse movimento complexificando-o com a proposta de promover não apenas informação, educação e consciência, mas também awareness, no sentido de proporcionar ferramentas para o despertar da consciência da própria consciência de uma forma integrada, total e atenta às necessidades do aqui e agora. Laura Perls (1973) traduz o objetivo da Gestalt-Terapia como o *continuum* da awareness (citado por Yontef, 1993/1998). A partir dessa

constatação, é possível além de incentivar a Educação para a Paz, promover uma “Terapia para a Paz”.

No bojo da proposta de construir uma cultura de paz, apresentam-se diversos questionamentos à psicologia clínica: qual é a finalidade de sua intervenção? O que ela promove? Controle? Regulação? Adaptação? Emancipação? Ela constitui um campo promotor de saúde total? Há uma área restrita para o seu trabalho? O que a situação contemporânea demanda dessa disciplina e seus profissionais?

Ribeiro (2006) critica a Psicologia moderna afirmando que ela “tem andado por muitas trilhas, às vezes até constituindo-se numa ciência um tanto quanto estranha ao ser humano” (p.22), lidando mal com temas atuais e urgentes da contemporaneidade como “a questão da espiritualidade, da religiosidade, do masculino e do feminino, da ecologia humana, do prazer, da liberdade. (p.23)

De acordo com Santos (1987/1997), o modelo de racionalidade científica permite variedade interna, mas separa e se defende das formas de conhecimento perturbadoras e intrusas, como o senso comum e as humanidades. Ainda segundo o mesmo autor, tudo que desafie este poder já estabelecido é considerado não científico e não racional, uma vez que não se baseiam nos mesmos pressupostos epistemológicos e metodológicos. Desta forma, pode-se ressaltar o caráter totalitário como um traço fundamental do paradigma vigente.

Gergen & McNamee (1998) apresentam uma série de manifestações no campo da Psicologia que contestam esse modelo modernista, traduzindo posturas críticas e embasadas em valores: psicólogos comunitários expandem o domínio das considerações contextuais, constatando que a “patologia individual” não pode ser separada dos processos da comunidade; feministas apontam elementos opressivos e debilitantes advindos do patriarcalismo presentes no campo da saúde mental; fenomenólogos

buscam despir o terapeuta de preconceitos para permitir que o próprio cliente desenvolva o significado da sua experiência; construtivistas contestam a separação tradicional entre o conhecedor e o conhecido; hermeneutas argumentam ser enganosa e mistificadora a visão do terapeuta como um analista objetivo, já que sua interpretação é carregada de subjetividade; ex-pacientes se organizam contra a profissão psiquiátrica na medida em que esta subtrai sua condição de sujeito e os construcionistas, somam-se aos anteriores, desafiando criticamente o que é aceito como verdadeiro, lembrando que o ser humano vive imerso em uma trama de significados e constrói o seu mundo no intercâmbio entre as pessoas, por meio da linguagem. Esses exemplos evidenciam que mudanças vêm ocorrendo na Psicologia Clínica, mesmo que sejam conquistadas com o enfrentamento de dificuldades e concretizadas paulatinamente.

Fruggeri (1998) afirma que

liberta da caracterização mecanicista que a confina no campo das técnicas, ela [a psicoterapia] emerge como um processo interpessoal de construção e, como tal, não poderia ser abstraída do contexto social no qual tem lugar e pelo qual é determinada. A psicoterapia é definida socialmente como um contexto para a solução de problemas, evolução e mudança. (p.60)

Nesse sentido, Hoffman (1998) sugere que o movimento pós-moderno trouxe à tona uma ética da participação, ao invés da busca “da causa” ou “da verdade”. Além de incentivar, com uma nova perspectiva que integra a complexidade e as diversas condições dos processos subjetivos, o rompimento da dicotomia entre a prática clínica e a pesquisa. (Neubern, 2001)

Philippi (2004) considera que a Gestalt-Terapia pode ser incluída no que Boaventura Santos (1987/1997) tem chamado de paradigma emergente da ciência. Afirma que a abordagem gestáltica: a) recusa as dicotomias sujeito-objeto e interno-externo, já que aquele que observa está inserido no campo; b) apresenta-se distante das

perspectivas que concebem estruturas psíquicas invariáveis em relação à questão do sujeito e da subjetividade; c) questiona os métodos científicos tradicionais, procurando fazer uma ciência que vivifique seu campo de interesse; e d) possui a preocupação de articular saberes, para abarcar a complexidade do viver no mundo, buscando construir um conhecimento que não apenas explique, mas que amplie as possibilidades de compreensão sobre o tema.

Robine (2005) afirma que a teoria do campo da Gestalt Terapia, instrumentaliza essa abordagem para adentrar a construção social da realidade preconizada pela pós-modernidade. A partir dessa perspectiva, em que a realidade existe a partir da co-construção de significados na relação, esse autor considera que se restaura a importância central do vínculo, da solidariedade e da comunidade, em oposição ao que oferece o paradigma individualista, enfatizando a consciência de interdependência e a percepção de que o conflito de duas representações, bem como a fusão de seus horizontes, permite a construção de novos significados.

Dessa forma, em Gestalt-Terapia considera-se que tudo é *de-um-campo*, isto é, nada está desconectado. Os fenômenos são determinados pelo campo todo e tudo no campo se afeta mutuamente, revelando a natureza interdependente todo-parte, parte-todo. Essa consciência do inter-relacionamento total no campo é fundamental para a concretização de uma cultura de paz, pois enfatiza a responsabilidade de todos e de cada um na co-construção dialógica da realidade que se realiza por meio do processo de ajustamento criativo.

4.4 - AJUSTAMENTO CRIATIVO E AUTO-REGULAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ

Vimos que todo contato é criativo. Constitui um ajustamento criativo organismo-ambiente e envolve a awareness do campo, com a percepção da novidade assimilável

e ação nessa direção e rejeição do que é inassimilável. Assim, o self é percebido como um processo temporal, um sistema de contatos criativos que persiste por meio de transformação e crescimento, sempre em relação (Perls, Goodman e Hefferline 1951/1997).

Tal dinâmica ressalta o caráter ativo do ser humano no campo, em consonância com a influência existencialista na Gestalt-Terapia. Desenvolve-se, então, um conceito de realidade que “não é algo inflexível e imutável, mas que está pronta para ser recriada; e quanto mais espontaneamente exercermos todo poder de orientação e manipulação, sem nos conter, tanto mais viável provará ser essa recriação” (Perls, Goodman e Hefferline 1951/1997, p.60). Isso significa que somos co-construtores da vida que compartilhamos e que o caminho para a vivência da paz não diz respeito a uma meta distante, inatingível e desconhecida, pois seu potencial nos é genuíno, requerendo apenas abertura e fluidez para realizar-se.

Essa concepção implica o conceito de *auto-regulação organísmica*, que Yontef (1993/1998) opõe ao de *auto-regulação deverísmica*. A primeira se origina de um reconhecimento “daquilo que é”, fluindo de acordo com a situação, de maneira que “a escolha e o aprendizado acontecem de forma holística, com uma integração natural de corpo e mente, pensamento e sentimento, espontaneidade e deliberação” (p.30). A segunda baseia-se numa imposição arbitrária.

Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997) apontam que a humanidade criou, desrespeitando as leis biológicas de auto-regulação, uma regulação moralista, muitas vezes descontextualizada, que exige um autocontrole social que “pode ser alcançado apenas à custa da desvitalização e do enfraquecimento das funções de grandes partes da personalidade humana – à custa da criação de neurose coletiva e individual”. (Perls 1947/2002 , p. 106).

Se ampliarmos esses conceitos, entendendo o organismo não apenas em sua dimensão individual, mas também coletiva, podemos apreender a violência como um sintoma individual, social e mundial, “um sintoma, estridente e doloroso, de uma doença maior da humanidade: a ignorância existencial e o esquecimento do Ser” (Crema 2006, p.144), que denuncia a existência de interrupção, inibição ou outros acidentes no decorrer do ajustamento criativo.

Verifica-se que se ajustar criativamente “a novos materiais e circunstâncias compreende sempre uma fase de agressão e destruição, porque é abordando, apoderando-se de velhas estruturas e alterando-as que o dessemelhante torna-se semelhante” (Perls, Goodman e Hefferline 1951/1997, p.47), que o contato flui saudável, possibilitando mudança, assimilação e crescimento e não a introjeção que traduz uma invasão passiva.

Consideramos, portanto, que a agressão é um dos pontos importantes que têm sido bloqueado no processo de ajustamento criativo, conforme já afirmava Perls em 1947 no livro *Ego, fome e agressão* e desenvolveu com Goodman e Hefferline no *Gestalt-Terapia* (1951/1997). Propondo a extensão destas constatações para a coletividade, possibilidade sinalizada nos livros acima citados, entendemos que abordagem gestáltica traz contribuições relevantes que podem ser significativas para compreender a instauração patológica da violência e realizar transformações que favoreçam sua “cura”, viabilizando a vivência da paz nos níveis local e global.

4.5 - AGRESSÃO E CONFLITO PARA UMA CULTURA DE PAZ

A abordagem gestáltica corrobora a *Declaração de Sevilha Sobre a Violência* (1986), em que cientistas de todo o mundo afirmam que a violência é um produto culturalmente criado e, portanto, pode ser transformado.

A compreensão gestáltica da dinâmica da agressão pode auxiliar na superação da dificuldade de realizar essa mudança em direção à paz, pois entende que para realizar suas necessidades, todo organismo saudável faz uso da agressão no sentido de transformar o novo para poder assimilá-lo e crescer, não com o intuito de aniquilá-lo, o que caracterizaria um ato de violência. A violência não é inerente ao humano, ao passo que a agressão o é. A não-aceitação do instinto agressivo como necessário para a vida e conseqüente repressão contribui para a instauração da dinâmica violenta.

No prefácio da edição de 1969 de *Ego, Fome e Agressão*, Fritz Perls, considerado o pai da Gestalt-Terapia, vislumbra a possibilidade de pensarmos o problema da agressão em termos que vão para além da psicoterapia. Comenta no prefácio: “um retorno do poder de agressão da destruição de cidades e povos para a assimilação e o crescimento (...) uma consumação a ser sinceramente desejada.” (Perls, 1947/2002 p.36).

Nessa obra, o autor afirma que a agressão é uma função biológica que a sociedade transformou num instrumento de insanidade coletiva e que, ao buscar corrigir a situação, recorre a meios ineficazes e repressivos que traduzem o desconhecimento de sua dinâmica, como, por exemplo, “a crença de que se pode neutralizar a agressão por meio do amor, da religião.” (p.182)

Laura Perls (1992) denuncia essa desvirtualização do conceito apontando que um instinto não pode ser reprimido, apenas as suas manifestações. Ressalta ainda que, quando isso acontece, as energias agressivas continuam as mesmas e precisam ter vazão. As alternativas pelas quais se concretiza mais freqüentemente essa catarse são a neurose e o comportamento delinqüente. Nesse sentido, a autora concebe que

o aprimoramento do arsenal bélico (armas, tanques, aeronaves, bombas, gases venenosos, treinamento militar e eficiência estratégica) parecem estar em proporção direta à supressão da agressividade individual, como se a agressão reprimida de todos os

indivíduos tivesse sido acumulada em algo além do individual e simplesmente tivesse que forçar a sua saída.⁴(p.41)

Verificamos, portanto, que é o pavor da agressão justamente aquilo que precisa ser aniquilado. Afinal, é o impedimento de manifestá-la de forma saudável que gera a violência voltada tanto para fora como para dentro. Ribeiro (2006) define a agressividade como “um processo humano, inato, que provoca na pessoa uma complexa sensação de expansão, de ir além de si mesma, de correr riscos, de ampliar limites, de terminar o começado. É um instinto a favor da vida.” (p.59).

Para a realização da meta pacífica é necessário compreender a agressão como uma função que nos protege não apenas de sermos violentados e invadidos, mas, também, quando permitimos sua manifestação natural, de sermos violentos e invasivos, pois estará cumprindo seu papel nos processos de ajustamento criativo e auto-regulação orgânica, permitindo uma vida saudável, conforme afirmam Perls, Goodman e Hefferline, (1951/1997)

Todo organismo dentro de um campo cresce incorporando, digerindo e assimilando substâncias novas, e isto exige a destruição da forma existente para obter seus elementos assimiláveis, seja comida, uma palestra, a influência de um pai, a diferença entre os hábitos domésticos de um companheiro e os nossos. (p. 147-148)

Muller (1995), ao resgatar a origem da palavra agressividade, explicita que o verbo agredir vem do latim *aggredi*, cuja etimologia *ad-grad* significa caminhar na direção de, avançar para. Assim, só em sentido derivado é que agredir significa caminhar contra. Desse modo, o verbo *a-gredir* não implica mais violência do que o verbo *pro-gredir*, que significa caminhar para a frente (p.20).

Semelhantemente, o *Novo Dicionário Latino-Português* (1996, p.31) traz outras definições para a palavra *aggredior* que não estão relacionadas à violência, como: ir ter,

⁴ Tradução da autora.

falar com alguém, começar, principiar, empreender. Consideramos que a abordagem gestáltica, ao resgatar os significados originais das palavras agressão e agressividade, nos remete ao seu verdadeiro sentido, que não é articulado à violência, mas consiste numa função do organismo. Essa distinção é fundamental: o conceito de agressão não envolve violência, enquanto o conceito de violência envolve a agressão de forma desvirtuada.

Tal concepção da agressão nos leva a associá-la não mais à aniquilação, mas à expansão e à evolução. Constatamos que a agressão é fundamental para a construção de uma cultura de paz, no âmbito psicológico individual e mais além, abarcando grupos, comunidades, sociedades e a humanidade como um todo. Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997) apontam nessa direção quando, diante da rejeição social imediata e irrestrita de diversas agressões, afirmam que essa postura pode ser tomada “como evidência suficiente de que é na análise e liberação de agressões que devemos procurar o próximo avanço da sociedade em direção a normas mais felizes” (p. 148).

Nesse sentido, Muller (1995) afirma que a não-violência pressupõe antes do mais que se tenha a capacidade de ser agressivo. Ele compreende que o princípio da não-violência emerge da mobilização daqueles que sofrem injustiça, do despertar de sua agressividade para lutar, enfrentar o conflito que se apresenta e edificar uma realidade digna. Considera que a ação não-violenta coletiva deve permitir canalizar a agressividade natural dos indivíduos de forma que ela não se exprima pelos meios da violência destruidora, que ele denomina como a perversão da agressividade, mas por meios coerentes com a proposta de uma cultura de paz. A agressividade permite que a relação com o outro seja de respeito mútuo e não de dominação ou submissão.

Negar a importância da agressão pode ter uma consequência adicional: a estupefação, que explica porque a maior parte da humanidade deixa de notar a

decadência da civilização (Perls, 1947/2002). Crema, Leloup e Weil (2003) denominam essa postura de *Normose*, e a definem como “o conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou de agir, que são aprovados por consenso ou pela maioria em uma determinada sociedade e que provocam sofrimento, doença e morte” (Weil, 2003, p.22). Nesse sentido, os autores consideram-na a patologia da normalidade, a negligência da motivação para a realização, a aceitação plácida do inaceitável, que surge quando o sistema se encontra predominantemente “desequilibrado e mórbido”, gerando um contexto em que “a pessoa realmente saudável é aquela dotada da capacidade de um desajustamento justo, de uma indignação lúcida, de um desespero sóbrio” (Crema, 2003, p.36).

Em consonância, (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997) afirmam:

qualquer que seja a esfera de vida que examinemos, deve ser considerada como um campo de possibilidades criativas, caso contrário é francamente intolerável. A maioria das pessoas parece persuadir-se, ou permitir que as persuadam, dessensibilizando-se e inibindo suas lindas faculdades humanas, de que sua situação atual é tolerável, ou mesmo bastante razoável. Elas parecem, julgando pelo gênero de suas preocupações, conceber uma “realidade” que é tolerável, à qual se podem adaptar com certo grau de felicidade. Contudo, esse padrão de felicidade é demasiado baixo, desprezivelmente baixo; temos vergonha de nossa humanidade. Não obstante, felizmente, o que concebem como sendo a realidade não o é de maneira alguma, mas sim uma ilusão desconsolada (e para que diabos serve uma ilusão que nem ao menos dá consolo!) (p.63-64).

Uma cultura de paz não pressupõe a ausência da agressão e, conseqüentemente, do conflito. Ela visa a garantir o respeito às liberdades fundamentais, valores e direitos humanos, o que necessariamente implica o bom exercer da *agressão* para a solução pacífica dos conflitos.

4.6 - PAZ POSITIVA E SUPERAÇÃO DA PAZ NEGATIVA PARA UMA CULTURA DE PAZ

A Gestalt-Terapia postula que todo conflito ativo é compatível com a integração do self, constituindo-se, inclusive, como meio desse processo de integração. É o estabelecimento da pacificação prematura dos conflitos que se considera neurótico. Isso se manifesta como um distanciamento insensível, resignado e árido que por manter o conflito inacabado desdobra-se como uma necessidade de vitória em batalhas triviais. Desse modo, negligencia-se a oportunidade de enfrentar a oposição difícil, fazendo com que a agressão disponível para a transformação em um novo self volte-se contra ele próprio ou se exteriorize de maneira desgovernada (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997).

Emerge, assim, o conceito de paz negativa na abordagem gestáltica, denominada também a paz da conquista, pois requer a existência de uma vítima para ser dominada. Nesse contexto, o sofrimento que muitas vezes decorre do conflito cessou, mas a figura da awareness não é animada por novas possibilidades já que não se chegou a uma resolução.

Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997) explicitam que, nessa situação, apesar de ter fracassado diante do novo, o self se nutre de arrogância. Isso ocorre por meio da expansão decorrente do alívio do sofrimento e do pseudo-afastamento das temidas possibilidades de derrota, vergonha e humilhação. Assim, o self acaba exteriorizando sua agressão continuamente para provar que é um conquistador. Entretanto, esse aparente aumento da força e da agressividade constitui uma fraqueza que traz danos graves. Afinal, a principal vítima desse processo ao qual chamamos violência, sempre disponível para sofrer com sua própria capacidade de torturar, é o self.

O conceito de paz negativa, enunciado por Galtung (1968/1975) no contexto da Pesquisa para a Paz, não é congruente com a definição gestáltica, pois é definido como ausência de violência. Assim, para esse autor, a paz negativa não se opõe à paz positiva, mas constitui condição essencial para que esta ocorra. Já na conceituação de paz negativa em Gestalt-Terapia, como verificamos acima, observa-se uma dinâmica que leva à violência, pois a agressão ao invés de ser aplicada para a dissolução do conflito e transformação do self acaba exteriorizada inadequadamente ou dirigida contra ele mesmo. Portanto, gestalticamente, os conceitos de paz positiva e negativa são opostos.

Nesse sentido, resgatando a simbólica da paz, identificamos o conceito de paz negativa em Gestalt-Terapia com as tradições romana, estóica e platônica-agostiniana, pois a paz que advém dessas tradições é sinônimo de ordem, limites e obediência, tendendo à manutenção do *status quo*, evitando conflitos e prezando a imperturbabilidade da situação por meio do controle e da dominação, vinculando-se à guerra e a vitória.

Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997) denominam o contrário da necessidade de vitória como “desprendimento criativo” (p.161) em que, por meio da identificação e aceitação de sua necessidade e interesse, exercendo a agressão, o organismo excita-se com o conflito, crescendo por meio deste. Assim, numa dinâmica saudável, o participante do conflito não se apega ao resultado, não se preocupa em ganhar ou perder, pois sabe que está mudando e já se identifica com o que se tornará. Essa atitude de entrega vem acompanhada de uma emoção, que esses autores consideram como o contrário do sentimento de segurança e denominam fé.

Tal dinâmica leva à paz positiva: resultado do processo de esgotar o conflito, alcançando uma solução criativa com a transformação e assimilação dos conteúdos envolvidos, vivenciando um alívio do sofrimento e a energização da novidade criada.

Então, observa-se que “o sentimento principal é a animação das novas possibilidades, porque há uma nova configuração (...) a Vitória é retratada como sendo alada, estando na ponta dos pés, olhando para a frente” (Perls, Goodman e Hefferline, 1951/1997, p. 168).

Verifica-se que esse conceito - paz positiva em Gestalt-Terapia - assemelha-se ao conceito de paz positiva proposto por Galtung (1968/1975) e que foi adotado e ampliado também por outros autores (Weil 1993/2002, Jares 2002, Guimarães 2005) para orientar a proposta de construção de uma cultura de paz. A paz positiva é então definida como um processo de cooperação e integração entre grandes grupos humanos que aceitam os conflitos e buscam transcendê-los por meio de diálogo e mediação.

No presente trabalho, buscamos integrar essas visões afins, numa perspectiva holística que abarque o micro e o macro de maneira indissociável e interdependente, compreendendo a paz como um processo experimental, experiencial e existencial que é construído intersubjetivamente e que promove a plenitude da vida, requerendo, portanto, o estabelecimento das condições básicas para a manifestação e o desenvolvimento da mesma, respeitando sua liberdade e diversidade orgânica e cultural.

Nessa concepção da paz identificamos que, dentre as simbólicas apresentadas na parte I da dissertação, são as referências que apresentaremos, resumidamente, a seguir, aquelas que contribuem para a sua definição: a) tradição grega, nas noções de igualdade e justiça; b) tradição judaico-cristã, nas idéias de realização, plenitude e aliança; c) tradição humanista-renascentista: na valorização do humano e da ética; d) tradição moderna, nos esforços para superar a violência, pesquisando alternativas; e) tradição romântica, na força da natureza e das emoções; f) tradição dos movimentos pacifistas, na necessidade de empregar a agressividade para solucionar os conflitos de forma pacífica, cultivando a atitude coerente de não-violência; g) tradição da contra-cultura, da

new age e das religiões orientais - na importância da espontaneidade, sensibilidade, espiritualidade e ecologia; h) tradição indígena, na consciência ecológica e espiritual de total inter-relação e interdependência de tudo no campo; e ainda, i) tradição do resgate do feminino, na constatação da necessidade do equilíbrio das polaridades feminina e masculina em todas as esferas humanas - individual, social, política, econômica e espiritual.

Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997) alertam para um perigo na busca da paz positiva, decorrente do conflito e do sofrimento emocional: que o organismo não resista a densidade do processo. Entretanto, afirmam que a estratégia para enfrentá-lo não consiste em enfraquecer o conflito, mas em fortalecer o self e a awareness de si próprio:

quando percebemos que se trata de nosso próprio conflito, e que somos nós que estamos nos arrasando, há um novo fator dinâmico na situação, a saber, nós mesmos. Então, à medida que prestamos atenção ao conflito e este se intensifica, alcançamos mais depressa a atitude de imparcialidade criativa e nos identificamos com a solução que surge. (p. 167).

Não há relação humana sem conflito, ele é parte natural da vida e fundamental para o crescimento e surgimento do novo. Assim, uma cultura de paz não é aquela em que não existem conflitos, pois essa é a visão que associa a paz a uma idéia utópica e irrealizável, até mesmo não desejável já que levaria à estagnação. Numa realidade pacífica, os conflitos são percebidos como oportunidades criativas. A Gestalt-Terapia por meio de seu arcabouço teórico-prático fornece as ferramentas necessárias para que o organismo possa confiar em seu processo de fazer contato e, portanto, transformar-se, aproveitando as oportunidades de crescimento do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MÃOS À OBRA!

Vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Geraldo Vandré

Propomos a abordagem gestáltica como um instrumento válido para a construção de uma cultura de paz, a partir do nosso entendimento de que ela é uma teoria e metodologia que cultiva uma visão inclusiva, que contempla a interdependência todo-parte, que compreende a realidade como fruto de construções criativas e intersubjetivas e, portanto, se compromete com as questões e dilemas do seu tempo, do campo aqui e agora.

Consideramos, para além do que foi apresentado, - sua inspiração filosófica afinada com os pressupostos pacifistas, seu arcabouço teórico consistente e portador de concepções úteis para a realização da proposta, seu aparato técnico e metodológico congruente e propiciador de transformações ansiadas pela meta pacífica – que a característica fundamental da abordagem gestáltica é a vocação para o cuidado daquilo que é mais sagrado: a vida.

Almejamos que o presente trabalho desperte discussões sobre o tema que venham a incrementar e auxiliar na concretização da proposta de uma cultura de paz. Futuros estudos e iniciativas clínicas podem explorar e ampliar essa rica conexão entre a Gestalt-Terapia e o projeto pacífico.

Academicamente, inúmeras são as possibilidades de investigação. Ressaltamos algumas: estudos de caso sobre eventos relacionados à paz e à violência, analisados a partir do referencial gestáltico; utilização dos fatores de cura e bloqueios no ciclo do contato para compreender dinâmicas de paz e de violência; pesquisas sobre como a comunidade gestáltica - especialistas, acadêmicos, alunos, professores e pessoas em terapia - percebe o tema, entre tantas outras.

Pedagogicamente, palestras e cursos podem ser criados, contribuindo na esfera da Educação para a Paz por meio da abordagem gestáltica, pois consideramos que apreender a conceituação desse arcabouço teórico-prático, conforme apresentamos, pode ser um “caminho” de conscientização para a paz.

Em relação à dimensão terapêutica da proposta gestáltica para a construção de uma cultura de paz, consideramos que ampliar o papel do psicoterapeuta para integrar esse objetivo é um desafio que implica uma revisão acurada de seu processo de formação, de sua prática profissional, arcabouços teóricos e técnicos, além da forma de produzir conhecimento. Constitui um empreendimento lento e cumulativo que requer uma visão transdisciplinar para além dos aspectos psicológicos, contemplando as dimensões: pedagógica, sociológica, política e ecológica.

Entendemos que a Gestalt-Terapia traz as ferramentas necessárias para transcender esse desafio e que muitos Gestalt-terapeutas já praticam essa integração. Entretanto, acreditamos que focalizar a abordagem gestáltica como um instrumento para a construção de uma cultura de paz desperta a vocação criativa da Gestalt-Terapia para contribuir mais especificamente com essa meta e construir pontes junto a governos, instituições internacionais, empresas, escolas, universidades, organizações não-governamentais, enfim, trazer a sua voz para enriquecer o coro de iniciativas na direção da realidade pacífica.

Identifico a humanidade, a sociedade e cada um de nós, neste momento, diante da escolha de perpetuar uma cultura de violência ou construir uma cultura de paz, como um herói se sente diante de uma grande e nova tarefa: com medo e desejo, sabendo-os proporcionais e intensificados pelo significado do desafio.

No âmbito do desejo, uma cultura de paz estabelece as condições necessárias para o desvelamento do potencial humano. A partir de um conjunto de valores, atitudes,

tradições, comportamentos e estilos de vida que propiciam o fomento da paz, o prazer e alegria, assim como outras vivências sublimes, podem ser mais frequentemente experienciados pelos seres e grupos humanos (ONU, 1999). E ainda, como afirma Milani (2003b) “além de um anseio, a paz é uma necessidade – dela depende a sobrevivência da vida na Terra.” (p.13).

Ao refletir sobre o que nos impede de concretizar esse projeto de paz, foi apontado, a partir do arcabouço gestáltico, o manejo equivocado da agressão e do conflito, advindo de uma concepção equivocada desses conceitos que os consideram indesejáveis e atrelados à violência, como contribuinte para a continuidade de uma cultura violenta. A percepção desses construtos, como aspectos naturais e necessários para a manifestação da vida, permite a manifestação saudável da agressão e a resolução de conflitos como fontes de crescimento e, portanto, é promotora de uma cultura de paz.

Avançando nessa investigação dos obstáculos para a paz, conjeturamos, finalmente, que uma das razões pelas quais permanecemos na violência pode ser o medo de viver numa cultura de paz. Assim, nos ocupamos dos falsos conflitos: focados nos conquistadores, vítimas e suas relações, constituindo problemas para os quais vislumbramos soluções difíceis ou impossíveis, como que para gastar energia com o que não é realmente importante, evitando contatar a forma e o conteúdo que nos levariam à paz. Diante dessa possibilidade, podemos nos questionar: por que temeríamos o projeto pacífico?

Uma hipótese que surge é que concretizar uma cultura de paz implica concentrar-se no que realmente inquieta e desequilibra, utilizando nossa agressão - no sentido anteriormente discutido - para ousar um totalmente novo, na direção existencial da compreensão de nós mesmos, do sentido da vida, da consciência, de toda a interdependência que nos conecta e suas infinitas possibilidades. Colocamo-nos, assim,

diante de um vazio fértil que nos traz perguntas tão vastas a cerca dos nossos propósitos, intuições e transcendência, cujas respostas ainda não somos capazes de sonhar. E essa proposta é tão profundamente revolucionária que assusta, mas também encanta, pois nos convida a manifestar a vastidão de nossa criatividade.

Zinker (1977/1979) apresenta a abordagem gestáltica como uma permissão para criar, afirmando que

a criatividade não é apenas um conceito, mas o ato em si mesmo; a realização daquilo que é urgente, do que necessita ser afirmado. Não é somente a expressão do espectro total da experiência e sentimento de unidade de cada pessoa, mas também um ato social, um compartilhar com nossos semelhantes essa celebração, essa afirmação de viver uma vida plena (...) uma vida movimentando-se para além dela mesma. Devido ao seu próprio sentido de integridade, a vida nos pede que afirmemos nossa natureza intrínseca, nossa natureza como seres humanos. Finalmente, a criatividade é um ato de coragem (...) aquele que se atreve a criar, a transpor limites, não apenas participa de um milagre, mas chega a descobrir que em seu processo de ser, ele é um milagre. (p.11)⁵

Esse autor aponta que a criatividade e a psicoterapia se interconectam em um nível fundamental: a transformação. A Gestalt-Terapia é essa a terapia criativa que se realiza como um encontro de amor, um processo de crescimento, uma tentativa de resolução de problemas, uma forma especial de aprendizagem, uma exploração de toda a gama de nossas aspirações à realização e que, portanto, é instrumentalizada teórica e metodologicamente para consistir numa *terapia para a paz*. (Zinker, 1977/1979).

Nesse sentido, podemos compreender a relação em Gestalt-Terapia⁵ como uma vivência de encontro *na paz e para a paz*, como a definimos ao longo do trabalho: dinâmica, viva, concreta e amorosa, que aceita os conflitos para poder transcendê-los e crescer.

⁵ Tradução da autora

Ribeiro (2006) afirma que

a Gestalt-Terapia pode ser definida com muita propriedade como Terapia do contato. E o cuidar, por sua vez, talvez possa ser definido como a essência do contato. Se Gestalt-Terapia é terapia de contato e o cuidar é a essência do contato, podemos definir Gestalt como a terapia do cuidar. Desse modo, a Gestalt-Terapia adquire imediatamente um caráter ético e de cidadania. (p.102).

Assim, resgatando os significados originais da palavra *Gestalt* como totalidade e da palavra *therapeuta* como aquele que cuida, podemos, inspirados nessa proposta, despertar o Gestalt-Terapeuta em nós para cuidarmos da totalidade e, portanto, da paz.

Ser uma Gestalt-terapeuta, para mim, neste momento, é buscar o encontro e nele me entregar, com toda a consciência que tenho de mim, do outro e do mundo. Sabendo assim, que sou do campo e que nesse momento-chave há transformação, ampliação e renovação na direção de um imprevisível, sobre o qual sinto esperança de autenticidade e realização. A confiança é a base da Gestalt-Terapia, não a certeza. Confiança na sabedoria inerente de toda existência e nas possibilidades múltiplas do contato genuíno. O amor é a fonte da cura, que ocorre diversas vezes nessa dança, mas que sempre, quando baila, deslumbra e espalha perfume de milagre pelo ar. Entretanto, sabemos que a cura não pode ser definitiva, pois senão já seria estagnação e portanto, doença. O desafio é necessário para que haja crescimento e criatividade. Ser uma Gestalt-terapeuta é ter a ousadia como possibilidade predileta, pois o prazer está na inventividade particular de cada um. Gestalt-Terapia é ter ética como lema, traduzida em humildade e constante questionamento do que é necessário aqui e agora, para agir sem negligenciar o que é percebido, mesmo que para tanto seja preciso transgredir. Ser uma Gestalt-Terapeuta é respeitar a vida e trabalhar por ela. É usar todos os sentidos: olhar, ver, ouvir, escutar, respirar, cheirar, provar, tocar, deixar a pele atenta e decifrar seus movimentos. É permitir-se e pedir permissão para sonhar junto e co-

construir... como se puder desejar! É topar aventuras maravilhosas e horripilantes, sabendo que são polaridades da mesma estória. Ser uma Gestalt-terapeuta é honrar a intuição, a espiritualidade, a emoção, o conhecimento, o pensamento e a sensação, como dimensões essenciais e não exclusivas, igualmente importantes e diferentemente relevantes em cada contexto. É não temer a diversidade com o constante compromisso de saber tecê-la para formar uma totalidade significativa e estética! Ser Gestalt-Terapeuta é saber da impossibilidade de acompanhar peregrinos sem caminhar. E assim, ter coragem tanto de prosseguir quanto de reconhecer seus limites. É sempre respeitar os limites, sabendo que onde há respeito, não há indiferença e, portanto, há diálogo, mesmo que silencioso. É lembrar que o processo dignifica a jornada, para além do ponto de chegada. É entender que há diferenciação, mas não separação. Ser uma Gestalt-terapeuta é acima de tudo buscar sentido, dentro e fora, é acreditar de corpo e alma e amar o que acredita, entretanto, manter-se aberta para transformar-se...

Confiando mais uma vez na auto-regulação organísmica, podemos interpretar os sinais que aparecem estampados nas aberrações sociais, da natureza e individuais de um mundo globalizado como sintomas de nossa evitação da paz que gritam: mudança ou fim!

Então, se a escolha for pela mudança, mãos à obra! Sabendo que a construção de uma cultura de paz se delineia não como um ponto de chegada, mas como a abertura para a realização de uma outra etapa do existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvim, M. B. (2000). *Ensaio para um modelo psicológico de análise organizacional na perspectiva da abordagem gestáltica*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Balestreri, R. B. (2003). A violência como paradigma e o papel anti-hegemônico dos educadores, construtores de culturas de paz. Em: R. Balestreri (Org.), *Na inquietude da Paz*. (3ª ed, pp. 61-96). Passo Fundo/RS: CAPEC.

Bobbio, N. (2003). *O problema da guerra e as vias da Paz*. São Paulo: Editora UNESP.

Boff, L. (2000). *Ethos mundial - Um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva.

Boff, L. (2006). Bases para a cultura da Paz. Em: D. Magalhães (Org.), *A Paz como caminho*. (pp. 24-27). Rio de Janeiro: Quality Mark.

Buarque, C. (2006). Democracia e Civilização: os nove tipos de paz. Em: D. Magalhães (Org.), *A Paz como caminho*. (pp. 5-23). Rio de Janeiro: Quality Mark.

Callado, C. V. (2004). *Educação para a Paz: promovendo valores humanos na escola através da educação física e dos jogos cooperativos*. Santos/SP: Editora Projeto Cooperação Ltda.

Carvalho, M. A. B. (2005). *Análise de um caso à luz da teoria do ajustamento criativo da Gestalt-Terapia: Fenomenologia da experiência religiosa*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Castells, M. (1999). O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. Em: *A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume 2: O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Conselho Regional de Psicologia 1ª Região. (2006, Outubro/ Novembro/ Dezembro) Encontro Psicologia, Mediação e Conciliação. *Jornal da Psicologia, No. 35*.

Corrêa, R. (2003). Cultura, educação para, sobre e na paz. Em: F. Milani & R.C.D.P Jesus (Orgs.), *Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas*. (pp.97-144). Salvador: INPAZ.

Crema, R. (2003). Três fundamentos da Normose. Em: P. Weil, J.-Y. Leloup & R. Crema (Orgs.), *Normose: a patologia da realidade*. (pp. 36-41.) Campinas: Editora Verus.

Crema, R. (2006). Cuidar da Paz. Em: D. Magalhães (Org.), *A Paz como caminho*. (pp. 144-151). Rio de Janeiro: Quality Mark.

Declaração de Sevilha sobre a violência. (1986). Acesso em 03 de janeiro de 2007 em: <http://www.comitepaz.org.br/sevilha.htm>

Declaração sobre a Paz na mente dos homens. (s.d.). Acesso em 03 de janeiro de 2007 em: http://www.comitepaz.org.br/Dec_Paz_Mente.htm

Dusi, M. L. H. M. (2006). *A construção da Cultura de Paz no contexto da instituição escolar*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Dusi, M., Araújo, C. & Neves, M. (2005). Cultura da Paz e Psicologia Escolar no contexto da instituição educativa. *Psicologia Escolar e Educacional*, Vol. 9-1, pp.135-145.

Faur, M. (2006). Sabedoria feminina para promover a Paz. Em: D. Magalhães (Org.), *A Paz como caminho*. (pp. 126-143). Rio de Janeiro: Quality Mark.

Freire, P. (1976). O papel do trabalhador social no processo de mudança. Em: *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (28a ed.) São Paulo: Paz e Terra.

Fruggeri, L. (1998). O processo terapêutico como construção social da mudança. Em: Gergen & McNamee (Org), *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Galtung, J. (1968/1975). Peace: Research, Education, Action. Em: *Essays in Peace Research. Vol. I*. Copenhagen: C. Ejlers.

Galtung, J. (1978). Peace and social structure. Em: *Essays in Peace Research. Vol. 3*. Copenhagen: C. Ejlers.

Galtung, J. (1986). Violencia, paz e investigación sobre la paz. Em: *Sobre la paz*. Barcelona: Ed. Fontamara.

Galtung, J. (1998/2003). *O caminho é a meta: Gandhi hoje*. São Paulo: Palas Athena.

Galtung, J. (2004/2006). *Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos*. São Paulo: Palas Athena

Gergen & McNamee (1998). Introdução. Em: Gergen & McNamee (Orgs.), *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Giddens, A. (1999/2003). *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record.

Ginger, S. & Ginger, A. (1987/1995). *Gestalt - Uma terapia do contato*. São Paulo: Summus.

Gomes, C. (2001). *Dos valores proclamados aos valores vividos*. Brasília: UNESCO.

Guimarães, M. R. (2003). Paz, reflexões em torno de um conceito. Em: R. Balestreri (Org.), *Na inquietude da paz*. (3ª ed, 33-60). Passo Fundo/RS: CAPEC.

Guimarães, M. R. (2005). *Educação para a paz: sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: Educs.

Hoffman, L. (1998). Uma postura reflexiva para a terapia de família. Em: Gergen & McNamee (Orgs.), *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Holanda, A. (no prelo). *A noção de Humanismo e os Humanismos: alicerces para um entendimento da Gestalt-Terapia*.

Jacobs, L. (1995/1997). O diálogo na teoria e na Gestalt-Terapia. Em: R. Hycner & L. Jacobs (Orgs.), *Relação e cura em Gestalt-Terapia*. (pp. 67-94) São Paulo: Summus.

Jares, X. R. (2002). *Educação para a Paz: sua teoria e prática*. (2ª ed). Porto Alegre: Artmed.

Leloup, J.-Y. (1996/1997). *Cuidar do Ser: Filon e os terapeutas de Alexandria*. Petrópolis: Vozes.

Laszlo, E. (2006). A necessidade de uma ética planetária. Em: D. Magalhães (Org.), *A Paz como caminho*. (pp. 45-53). Rio de Janeiro: Quality Mark.

Loffredo, A.M. (1994). *A cara e o rosto. Ensaio sobre Gestalt-Terapia*. São Paulo: Escuta.

Luther King, M., Jr. (1967). *Where do we go from here: chaos or community*. (T. V. Acker, Trad.) Acesso em 03 de Janeiro de 2007 em: www.comitepaz.org.br

Mandela, N. (1993/2003). Discurso de aceitação e conferência do Nobel. Em: E. Sader e C. Mattos (Org.), *Declarações de paz em tempos de guerra: trajetórias e discursos de 21 pacifistas laureados com o Prêmio Nobel da Paz*. Rio de Janeiro: Bom Texto.

Manifesto 2000. (2000). Acesso em 03 janeiro de 2007 em: <http://www.unesco.org/manifesto2000>

McLeod, L. (1993). *The self in the Gestalt Therapy Theory*. The British Gestalt Journal. Vol. 2, No. 1, pp. 25-41.

Merleau-Ponty, M. (1996). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.

Milani, F. (2003a). Cultura da Paz x Violências: papel e desafios da escola. Em: F. Milani & R.C.D.P. Jesus (Orgs.), *Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas*. (pp.31-60). Salvador: INPAZ.

Milani, F. (2003b). De espectadores a protagonistas da cultura de Paz. Em: R. Balestreri (Org.) *Na inquietude da Paz*. (3ª ed., pp. 13-32). Passo Fundo/RS: CAPEC.

Milani, F. & Jesus, R.C.D.P. (2003). Introdução. Em: Milani, F. & Jesus, R.C.D.P. (Orgs.), *Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas*. (pp.17-21). Salvador: INPAZ.

Minkowski (s.d.). *A busca da ação ética*. (R. Petrelli, Trad.) Manuscrito não-publicado.

Moreira, V. (2003). A filosofia de Merleau-Ponty na pesquisa em Psicopatologia Crítica. Em: I. Costa, A.F. Holanda, F. Martins & M. I. Tafuri (Orgs.), *Ética, Linguagem e Sofrimento*. Brasília: Positiva/Abrafipp.

Morin, E. (1983). *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Public. Europa-América.

Muller, J. (1988/1991). *Vocabulário da não-violência*. São Paulo: Edições Loyola.

Muller, J. (1995). *O princípio de não-violência: percurso filosófico*. Lisboa: Instituto Piaget.

Neubern, M. S. (2001). Três obstáculos epistemológicos para o reconhecimento da subjetividade na Psicologia Clínica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 14, 1.

Organização das Nações Unidas. (1999). *Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace*. Acesso em 03 de Janeiro de 2007 em: www.onu.org.

Perls, F. (1947/2002). *Ego, fome e agressão: uma revisão da teoria e do método de Freud*. São Paulo: Summus.

Perls, F., Hefferline, R. & Goodman, P. (1951/1997). *Gestalt-Terapia*. São Paulo: Summus.

Perls, L. (1992). How to educate children for peace. Em: *Living at the boundary*. New York: The Gestalt Journal Press. (pp. 37-44).

Petrelli, R. (1999). *Para uma Psicoterapia em perspectiva Fenomênico-Existencial*. Goiânia: Editora UCG.

Petrelli, R. (2001). *Fenomenologia: teoria, método e prática*. Goiânia: Editora UCG.

Philippi, M. M. (2004). *Co-construindo pontes entre a Gestalt-Terapia e as terapias sistêmicas construtivistas construcionistas sociais: subjetividade e intersubjetividade em questão*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Ribeiro, J. P. (1985). *Gestalt-Terapia: refazendo um caminho*. São Paulo: Summus.

Ribeiro, J. P. (1994). *Gestalt-Terapia: o processo grupal: uma abordagem fenomenológica da teoria do campo e holística*. São Paulo: Summus.

Ribeiro, J. P. (1997). *O Ciclo do contato - temas básicos na abordagem gestáltica*. São Paulo: Summus.

Ribeiro, J. P. (1999). *Gestalt-Terapia de curta duração*. São Paulo: Summus.

Ribeiro, J. P. (2006). *Vademecum de Gestalt-Terapia: conceitos básicos*. São Paulo: Summus.

Robine, J. (1993). *O holismo de J. C. Smuts*. Trabalho apresentado em Conferência no Instituto Francês de Gestalt-Terapia, Paris. Outubro de 1993. (T. A. D. Barreiro & J. P. Ribeiro, Trad.)

Robine, J. (2003) I am me and my circumstance. *The British Gestalt Journal*. Vol. 12 No.1.

Robine, J. (2005). A Gestalt-Terapia terá a ousadia de desenvolver seu paradigma pós-moderno? *Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ*, RJ, Ano 5, No.1. Acesso em 03 de janeiro de 2007 em: <http://www2.uerj.br/~revispsi/v5n1/artigos/a07.htm>

Santos, B. S. (1987/1997). *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

Schultz, D.P. & Schultz, S.E. (1994). *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix.

Sousa, N. H. B. (2004). Cidadania planetária: um projeto plural, solidário e participativo. Em: J.G. Sousa, Jr., N. H. B. Sousa, A. A. F. Sant'Anna, J. E. E. Romão, M. S. Santana & S. N. Q. Côrtes (Orgs.), *Educando para os direitos humanos – pautas pedagógicas para a cidadania na universidade*. (pp. 19-25) Porto Alegre: Síntese.

Souza, F. A. (1996). *Novo Dicionario Latino-Portuguez*. (6^a edição). Paris: Librairie Aillaud.

Spangenberg, A. (1996). *Terapia gestáltica e a inversão da queda*. São Paulo: Paulinas.

UNESCO (2002). *Mainstreaming the Culture of Peace*. Acesso em 03 de janeiro de 2007 em: www3.unesco.org/iycp/

UNIPAZ (2001). Carta do Chefe Seattle. Em: *A arte de viver em paz*. Brasília: UNIPAZ.

Vaneigem, R. (1967/2002). *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.

Weil, P. (1993/2002). *A arte de viver em Paz*. São Paulo: Editora Gente.

Weil, P. (2003). Introdução ao tema da Normose. Em: P. Weil, J.-Y. Leloup & R. Crema (Orgs.), *Normose: a patologia da realidade*. (pp. 17- 24) Campinas: Editora Verus.

Weil, P., Leloup, J.-Y. & Crema, R. (2003). Normose, anomalias da normalidade. Em: P. Weil, J.-Y. Leloup & R. Crema (Orgs.), *Normose: a patologia da realidade*. (pp. 17-68) Campinas: Editora Verus.

Yontef, G. M. (1993/1998). *Processo, diálogo e awareness – ensaios em Gestalt-Terapia*. São Paulo: Summus.

Zilles, U (1996). Introdução. Em: *A crise da humanidade européia e a Filosofia*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Zinker, J. (1977/1979). *El proceso creativo en la terapia gestaltica*. Buenos Aires: Editorial Paidós.